

MED. CAUT. EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.332-2 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES

REQUERENTE : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

ADVOGADO : REGINALDO OSCAR DE CASTRO

REQUERIDO : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

EMENTA: - Ação direta de inconstitucionalidade. Artigo 1º da Medida Provisória nº 2.027-43, de 27 de setembro de 2000, na parte que altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, introduzindo o artigo 15-A, com seus parágrafos, e alterando a redação do parágrafo primeiro do artigo 27.

- Esta Corte já firmou o entendimento de que é excepcional o controle judicial dos requisitos da urgência e da relevância de Medida Provisória, só sendo esse controle admitido quando a falta de um deles se apresente objetivamente, o que, no caso, não ocorre.

- Relevância da arguição de inconstitucionalidade da expressão "de até seis por cento ao ano" no "caput" do artigo 15-A em causa em face do enunciado da súmula 618 desta Corte.

- Quanto à base de cálculo dos juros compensatórios contida também no "caput" desse artigo 15-A, para que não fira o princípio constitucional do prévio e justo preço, deve-se dar a ela interpretação conforme à Constituição, para se ter como constitucional o entendimento de que essa base de cálculo será a diferença eventualmente apurada entre 80% do preço ofertado em juízo e o valor do bem fixado na sentença.

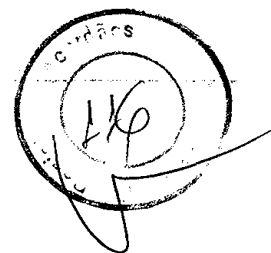
- Relevância da arguição de inconstitucionalidade dos parágrafos 1º e 2º do mesmo artigo 15-A, com fundamento em ofensa ao princípio constitucional da prévia e justa indenização.

- A única consequência normativa relevante da remissão, feita pelo § 3º do aludido artigo 15-A está na fixação dos juros no percentual de 6% ao ano, o que já foi decidido a respeito dessa taxa de juros.

- É relevante a alegação de que a restrição decorrente do § 4º do mencionado artigo 15-A entra em choque com o princípio constitucional da garantia do justo preço na desapropriação.

- Relevância da arguição de inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 27 em sua nova redação, no tocante à expressão "não podendo os honorários ultrapassar R\$ 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais)".

Deferiu-se em parte o pedido de liminar, para suspender, no "caput" do artigo 15-A do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, introduzido pelo artigo 1º da Medida Provisória nº 2.027-43, de 27 de setembro de 2000, e suas sucessivas reedições, a eficácia



da expressão "de até seis por cento ao ano"; para dar ao final desse "caput" interpretação conforme a Constituição no sentido de que a base de cálculo dos juros compensatórios será a diferença eventualmente apurada entre 80% do preço ofertado em juízo e o valor do bem fixado na sentença; e para suspender os parágrafos 1º e 2º e 4º do mesmo artigo 15-A e a expressão "não podendo os honorários ultrapassar R\$ 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais)" do parágrafo 1º do artigo 27 em sua nova redação.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em deferir a medida liminar para suspender, no artigo 15-A do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, introduzido pelo artigo 1º da Medida Provisória nº 2.027-43, de 27 de setembro de 2000, e suas sucessivas reedições, a eficácia da expressão "de até seis por cento ao ano", vencidos, em parte, os Senhores Ministros Moreira Alves (Relator), Ellen Gracie, Nelson Jobim e Celso de Mello, no que votaram suspendendo somente a eficácia do vocábulo "até". O Tribunal, por maioria de votos, concedeu a liminar para dar, ao final do *caput* do artigo 15-A, interpretação conforme à Carta da República, de que a base de cálculo dos juros compensatórios será a diferença eventualmente apurada entre 80% do preço ofertado em juízo e o valor do bem fixado na sentença, vencidos os Senhores Ministros Ilmar Galvão e o

ADI 2.332-MC / DF

Presidente, no que suspendiam a eficácia do preceito. O Tribunal, por maioria de votos, deferiu a medida liminar para suspender a eficácia dos §§ 1º e 2º do artigo 15-A, vencidos os Senhores Ministros Ilmar Galvão e o Presidente, que a indeferiam. O Tribunal, por unanimidade de votos, indeferiu a suspensão cautelar de eficácia do § 3º do artigo 15-A. O Tribunal, por maioria de votos, deferiu, em parte, os Senhores Ministros Ilmar Galvão e Sepúlveda Pertence, deferiu a liminar para suspender a eficácia do § 4º do artigo 15-A. O Tribunal, por maioria de votos, vencidos, deferiu, em parte, a medida liminar para suspender, no § 1º do artigo 27, a eficácia da expressão "não podendo os honorários ultrapassar R\$ 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais)", vencidos, em parte, os Senhores Ministros Relator e Ellen Gracie, no que indeferiam a liminar, e, também parcialmente, os Senhores Ministros Ilmar Galvão e o Presidente, no que deferiam a suspensão total do dispositivo.

Brasília, 05 de setembro de 2001.

MARCO AURÉLIO - PRESIDENTE


MOREIRA ALVES - RELATOR

05/09/2001

TRIBUNAL PLENO

MED. CAUT. EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.332-2 DISTRITO FEDERAL**RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES**

REQUERENTE : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

ADVOGADO : REGINALDO OSCAR DE CASTRO

REQUERIDO : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**R E L A T Ó R I O****O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES - (Relator):**

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil propõe ação direta, com pedido de liminar, em que argúi a inconstitucionalidade do artigo 1º da Medida Provisória nº 2.027-43, de 27 de setembro de 2000, na parte que altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nele introduzindo o artigo 15-A, com seus parágrafos, e alterando a redação do parágrafo primeiro do artigo 27.

Os dispositivos impugnados têm a seguinte redação:

"Art. 15-A No caso de imissão prévia na posse, na desapropriação por necessidade ou utilidade pública e interesse social, inclusive para fins de reforma agrária, havendo divergência entre o preço ofertado em juízo e o valor do bem, fixado na sentença, expressos em termos reais, incidirão juros compensatórios de até seis por cento ao ano sobre o valor da diferença eventualmente apurada, a contar da imissão na posse, vedado o cálculo de juros compostos.

§ 1º Os juros compensatórios destinam-se, apenas, a compensar a perda de renda comprovadamente sofrida pelo proprietário.

§ 2º Não serão devidos juros compensatórios quando o imóvel possuir graus de utilização da terra e de eficiência na exploração iguais a zero.

§ 3º O disposto no caput deste artigo aplica-se também às ações ordinárias de indenização por apossamento administrativo ou desapropriação indireta, bem assim às ações que visem a indenização por restrições decorrentes de atos do Poder Público, em especial aqueles destinados à proteção ambiental, incidindo os juros sobre o valor fixado na sentença.

§ 4º Nas ações referidas no parágrafo anterior, não será o Poder Público onerado por juros compensatórios relativos a período anterior à aquisição da propriedade ou posse titulada pelo autor da ação"; e

"Art. 27....."

§ 1º A sentença que fixar o valor da indenização quando este for superior ao preço oferecido condenará o desapropriante a pagar honorários do advogado, que serão fixados entre meio e cinco por cento do valor da diferença, observado o disposto no § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil, não podendo os honorários ultrapassar R\$ 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais)."

Sustenta o requerente que esses preceitos são inconstitucionais por ofensa aos artigos 1º (Estado Democrático de Direito), 5º, caput (isonomia) e seus incisos XXII (garantia do direito de propriedade), XXIV (justa e prévia indenização em dinheiro) e LIV (devido processo legal), e 62 (urgência e relevância).

Formalmente, a inconstitucionalidade decorre da falta de urgência e de relevância da Medida Provisória em causa quanto aos dispositivos impugnados, até porque as normas modificadas se

encontram em vigor há décadas, sendo que as realidades por elas regulamentadas - desapropriações e honorários advocatícios - não sofreram qualquer modificação que não possa esperar o processo legislativo. E o § 1º do artigo 27 na nova redação não pode ser editado por meio de ato provisório porque o conteúdo dessa disposição pela sua própria natureza "há de integrar sentenças que acabam cobertas pela imutabilidade e perenidade da coisa julgada".

Além disso, os juros compensatórios têm status constitucional para compensar o expropriado da perda da coisa sem o recebimento do seu valor, pois eles se destinam a dar eficácia ao princípio constitucional da justa indenização em dinheiro, como decorre do decidido nos RREE 108.354 e 130.586, da súmula 618 do STF e das súmulas 113 e 114 do STJ. O caput do artigo 15-A, na realidade, almeja alterar o entendimento consagrado nessas súmulas, ferindo a justa indenização, pois a base de cálculo há de ser o valor da própria indenização, compensando-se o proprietário pela perda da coisa, não havendo razão para que incidam sobre o valor da diferença apurada entre o preço ofertado e o valor do bem fixado na sentença. De outra parte, a redução da taxa dos juros despreza a realidade do mercado, sendo essa a taxa mínima de juros que se paga em aplicações há décadas no país.

O § 1º do artigo 15-A é inconstitucional por pretender impor condições ao expropriado para ter direito aos juros

compensatórios, sendo certo que esta Corte já decidiu, no RE 123.192, que os juros compensatórios são devidos, não para compensarem a perda de renda do bem, mas sim para compensarem a perda do próprio bem sem o recebimento do justo preço. O § 2º desse mesmo artigo ofende o disposto no artigo 5º, XXII e XXIV, da Constituição ao excluir da indenização justa o pagamento de juros compensatórios "quando o imóvel possuir graus de utilização da terra e de eficiência na exploração iguais a zero", porque o pagamento de juros compensatórios não depende da exploração do bem expropriado. O § 3º desse artigo 15-A impugnado, ao estender esse regime de juros compensatórios às desapropriações indiretas e às restrições decorrentes de atos do Poder Público, em especial aqueles destinados à proteção ambiental, é inconstitucional pois o STF entende que os juros compensatórios em desapropriação indireta devem ser fixados em 12% ao ano (súmula 618) sobre o valor do bem tomado pelo Estado. E o § 4º desse mesmo artigo 15-A também padece de inconstitucionalidade por violar o direito à justa indenização, porque "o preceito ora fustigado, em verdade, diminuiu o valor do bem e lesou o anterior proprietário que fora expropriado" e isso porque, "ciente que não irá receber juros compensatórios, o novo proprietário irá pagar menos pela compra do imóvel tomado pelo Poder Público em manifesto prejuízo para aquele que perdeu o imóvel e não recebeu a indenização".

Quanto ao § 1º do artigo 27 também impugnado, vulnera ele os artigos 1º (que consagra o Estado Democrático de Direito) e 5º, LIV (que consagra o devido processo legal), da Constituição. Restringir a verba honorária a valores ínfimos, quando comparados à indenização obtida, fere o princípio da razoabilidade, além de quebrar o princípio da isonomia nos termos postos, ou seja, de reduzir a verba honorária apenas para o expropriado vitorioso, nada dispondo sobre a redução dessa verba para o expropriante vencedor, não havendo qualquer diferença entre as partes quanto à condenação em honorários advocatícios.

Acentua o autor que é urgente a concessão da liminar porque o artigo 15-A está a fulminar garantias constitucionais importantes e o § 1º do artigo 27 desvaloriza a advocacia, função essencial à administração da Justiça, causando danos ao próprio exercício da atividade judicante. Assim, o periculum in mora e a conveniência estão a exigir a concessão da liminar.

Solicitadas informações, foram elas prestadas pelo Exmo. Sr. Presidente da República, a fls. 53 e seguintes.

Nelas, sustenta-se:

a) - que a jurisprudência desta Corte - e nesse sentido é também a doutrina italiana predominante - é a de que é absolutamente excepcional o controle judicial dos requisitos da urgência e da relevância, só se admitindo tal controle quando a falta de um desses

ADI 2.332-MC / DF

requisitos se manifeste objetivamente, o que não sucede no caso, em que, ao contrário, eles ocorrem como se vê da exposição de motivos anexa que demonstra que "fazer incidir sobre o justo preço os juros compensatórios é elevar as indenizações em 12% a.a., índice que, em face da demora do processo judicial, cresce em progressão aritmética, em clara ofensa ao princípio constitucional do justo preço"; ademais, a fixação dos juros compensatórios em 6% a.a. se justifica em regime econômico de estabilidade da moeda, bastando lembrar a taxa de remuneração da poupança;

b) - que não há proibição alguma no sentido de que as medidas provisórias não possam disciplinar matéria processual sob a alegação de incompatibilidade com a coisa julgada, sendo de invocar-se o decidido na ADIN 2.251 relativamente à impugnação do emprego de medida provisória para a disciplina de matéria processual (introdução de segundo pedido de suspensão de liminar);

c) - que o "caput" do artigo 15-A impugnado não é inconstitucional, porque, "uma vez ofertado o preço em juízo, adimpliu o expropriante sua obrigação de indenizar, impondo-se seja o valor finalmente fixado na sentença compensado pelo preço ofertado e, somente sobre esse montante, venham a incidir os juros moratórios"; por isso, aliás, esta Corte já entendia desonerado da correção monetária o expropriante desde efetuado o depósito, ao acentuar que, em desapropriação, a oferta deve ser corrigida com a

dedução do valor total, também corrigido, da indenização; e, por outro lado, a limitação de juros em 6% a.a. nada tem de inconstitucional, sendo esse parâmetro absolutamente razoável quando é certo que o Código Civil estabelece a taxa de 6% ao ano como supletiva da vontade das partes; a Constituição, no artigo 193, § 2º, limita os juros à taxa máxima de 12% ao ano; e 6% a.a. é a taxa de juros assegurada por lei às cadernetas de poupança "instrumento notório e decisivo na captação da poupança popular no País";

d) - que também não são inconstitucionais os §§ 1º e 2º do referido artigo 15-A, porquanto a jurisprudência deste Tribunal já conceituou, no RE 89.211, os juros compensatórios como os que "resultam de uma construção jurisprudencial visando a compensar os frutos de que o proprietário fica privado pelo desapossamento antecipado do imóvel", referindo-se, pois, eles direta e exatamente ao uso do bem desapropriado, observando a "finalidade de ressarcir o expropriado pelo não uso de sua propriedade, durante o período de que dela ficou privado" (RE 91.528), o que implica dizer que só se há de compensar se o imóvel for produtivo ou apto a gerar renda, estando tal orientação mais conforme à máxima efetividade da função social da propriedade;

e) - que igualmente não é inconstitucional o § 3º do artigo 15-A, visto como a única consequência normativa relevante da

remissão ao "caput" desse dispositivo reside na fixação dos juros em 6% ao ano, taxa essa cuja legitimidade já foi demonstrada;

f) - que é improcedente a alegação de inconstitucionalidade do § 4º do mesmo artigo 15-A, não só porque o adquirente não sofreu a perda dos frutos civis decorrentes do desapossamento pretérito do bem, mas também porque não há razão para supor haver prejuízo em desfavor do originariamente desapropriado, uma vez que não só os direitos à propriedade e à justa indenização não lhe asseguram obter remuneração certa na alienação do bem, mas ele, ao liquidar imediatamente seus créditos, antecipa a percepção do valor que, somente após a sentença, ser-lhe-ia devido, o que implica sua submissão a um deságio por opção individual; de outra parte, o que adquire a propriedade desapropriada pagará o preço de mercado compatível com essa restrição, e se afastada a intervenção estatal, ser-lhe-á dada a posse com inegável ganho em face do preço pago a menos, e se mantida a posse administrativa, exercerá os direitos à indenização cujo alcance já era conhecido desde a aquisição; e

g) - que igualmente não procede a afirmação da inconstitucionalidade da nova redação dada ao § 1º do artigo 27 do Decreto-lei nº 3.365/41, porque ele não fere a isonomia entre as partes pela diversidade entre elas reconhecida pelo § 4º do artigo 20 do C.P.C. legitimada pela aplicação desta Corte; de outra parte,

ADI 2.332-MC / DF

não há que se alegar violação à justa indenização porquanto, pela legislação atual, os honorários pertencem ao advogado e não ao expropriado; também não há ofensa à razoabilidade e à proporcionalidade, pois essa verba não constitui núcleo essencial de qualquer direito fundamental, além de que não é ela a exclusiva remuneração dos advogados que celebram contratos de honorários com seus clientes; e, por fim, a limitação dessa verba atende à proporcionalidade, uma vez que ela corresponde a mil vezes o valor do salário mínimo ou ao maior salário anual de um Ministro do Supremo Tribunal Federal.

O requerente aditou esta ação direta de inconstitucionalidade com a apresentação dos textos das sucessivas reedições da Medida Provisória nº 2027-43 até a atualmente em vigor, que é a de nº 2.183-55 (depois da Medida Provisória nº 2027-46, ela mudou sua enumeração para 2.109-47 e 2183-54).

Havendo pedido de liminar, trago-o à apreciação do Pleno.

É o relatório.



V O T O

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES - (Relator):

1. Alega-se, na inicial, que, com relação aos dispositivos ora impugnados, há inconstitucionalidade formal da Medida Provisória que os contém por falta de urgência e de relevância, uma vez que as normas por eles modificadas se encontram em vigor há décadas, sendo que as realidades por elas disciplinadas não sofreram qualquer modificação que não possa esperar o processo legislativo.

Afasto essa alegação. Com efeito, como salientado nas informações, a jurisprudência desta Corte se orienta no sentido de que é excepcional o controle judicial dos requisitos da urgência e da relevância de Medida Provisória, só sendo esse controle admitido quando a falta de um deles se apresente objetivamente, o que, no caso, não ocorre. Basta, aliás, atentar para o que salientam as referidas informações com a transcrição de dados constantes de exposição de motivos de medida provisória (a de nº 1.577/97 sucessivamente reeditada) sobre dispositivo redutor da taxa de juros compensatórios para 6% ao ano:

"Na hipótese dos autos, afigura-se evidente a ocorrência dos pressupostos autorizadores da edição da Medida Provisória ora impugnada.

Acerca da relevância e da urgência da norma ora impugnada, vale transcrever as seguintes considerações da Exposição de Motivos em anexo (bem como a Tabela igualmente anexada) que evidenciam dados e percepções dos limites à implementação da reforma agrária entre nós. A esse, respeito lê-se na referida Exposição de Motivos, verbis:

"O Art. 3º tem por finalidade disciplinar a incidência dos juros compensatórios nas desapropriações por necessidade ou utilidade pública e interesse social, inclusive para fins de reforma agrária. Trata-se de questão gravíssima que merece especial justificação.

Os juros compensatórios são uma criação jurisprudencial. Atualmente, são aplicados por juízes e tribunais com base na súmula 113 do Superior Tribunal de Justiça e incidem à razão de 12% a.a. sobre o valor da indenização corrigida, a contar da imissão de posse.

O impacto que os juros compensatórios vêm causando no valor final da indenização pode ser exemplificado com três situações concretas:

1. IMÓVEL - COLÔNIAS PIQUEROBY E RIO AZUL/PR

VALOR DO IMÓVEL EM 3/96	R\$ 28.738.602,05
JUROS COMPENSATÓRIOS EM 3/96 - SÚMULA 113-STJ	R\$ 73.570.821,25
TOTAL PARCIAL	R\$ 102.309.432,30

2. IMÓVEL - PARTE GLEBA 7 - COLÔNIA PINDORAMA-PR

VALOR DO IMÓVEL EM 4/96	R\$ 15.772.521,44
JUROS COMPENSATÓRIOS EM 4/96 - SÚMULA 113-STJ	R\$ 30.709.099,24
TOTAL PARCIAL	R\$ 46.481.620,68

3. IMÓVEL - PARTE DA COLÔNIA PINDORAMA/PR

VALOR DO IMÓVEL EM 4/96	R\$ 20.726.506,49
-------------------------	-------------------

JUROS COMPENSATÓRIOS EM 4/96 - SÚMULA 113-STJ	R\$ 40.354.508,14
TOTAL PARCIAL	R\$ 61.081.014,63



Juizes e Tribunais justificam tal impacto da seguinte forma:

Ministro Eloy da Rocha:

"Os juros (compensatórios) correspondem a compensação dos frutos de que o proprietário fica privado pelo desapossamento antecipado do imóvel" (REO 48.540-SP, Pleno, RTJ 54/349:351).

Ministro Luiz Gallotti:


"Derivam da obrigação de restituir o dinheiro com os frutos que ele produz, com a taxa legal, ainda quando não se trate de mora." (REO 48.540-SP, STJ 54/349:354).

Ministro Antonio Neder:

"O acórdão recorrido entrou em divergência com o questionado verbete da jurisprudência dessa Corte fixado o princípio de se indenizar os lucros cessantes por meio de juros compensatórios a partir da imissão antecipada da posse do bem, considerou que a partir dessa posse antecipada que o proprietário fica no desembolso do capital que o valor da coisa consubstancia." (REO 75.703-SP, RTJ 72/113: 116).

O inciso XXIV do art. 5º da Constituição Federal estabelece o princípio do justo preço reafirmado no art. 184 que dá tratamento especial às desapropriações por interesse social para fins de reforma agrária, que somente poderão incidir sobre imóveis improdutivos que não cumpram a função social.

O preceito constitucional não admite o enriquecimento sem causa, atuando em favor do expropriado, garantindo a reposição do seu patrimônio afetado por dano real; e do órgão



expropriante que não deve pagar valor superior à reposição devida, excluído qualquer elemento especulativo.

É esse o sentido material e formal do justo preço, flagrantemente violado nos exemplos acima mencionados. Sendo certo que, para ser cumprido, é necessária uma disciplina legal clara, que atenda à especificidade da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.

Fazer incidir sobre o justo preço os juros compensatórios é elevar as indenizações em 12% a.a., índice que, em face da demora do processo judicial, cresce em progressão aritmética, em clara ofensa ao princípio constitucional do justo preço.

Assim, a fixação dos juros compensatórios em 6% a.a. justifica-se à medida em que o País passa a conviver com regime econômico de estabilidade da sua moeda, com o fim da ciranda financeira, com a apuração de baixos índices inflacionários, com a redução gradual das taxas de juros internas, inserido num mercado globalizado. Especificamente no mercado financeiro, há que se lembrar da taxa de remuneração da poupança, instrumento básico do sistema financeiro, que se situa nesse patamar." (fls. 03-04 da EM em anexo).

Os elementos factuais recolhidos acima demonstram, à evidência, a ocorrência dos pressupostos de urgência e relevância." (fls. 65/69)

Passo a examinar cada um dos dispositivos atacados.

2. É este o teor do "caput" do artigo 15-A ora impugnado:

"Art. 15-A No caso de imissão prévia na posse, na desapropriação por necessidade ou utilidade pública e interesse social, inclusive para fins de reforma agrária, havendo divergência entre o preço ofertado em juízo e o valor do bem, fixado na sentença, expressos em termos reais, incidirão juros compensatórios de até seis por cento ao ano sobre o valor da diferença eventualmente

apurada, a contar da imissão na posse, vedado o cálculo de juros compostos".

Duas são as questões que se colocam com relação à constitucionalidade, ou não, desse dispositivo: a primeira diz respeito à redução da taxa dos juros compensatórios; e a segunda à base de cálculo desses juros, que passa a ser a diferença entre o preço ofertado em juízo e o valor do bem fixado na sentença.

Quanto à redução da taxa de juros há que se observar que a de 12% ao ano é criação jurisprudencial, hoje consagrada na súmula 618 desta Corte, "verbis": "Na desapropriação, direta ou indireta, a taxa de juros compensatórios é de 12% (doze por cento) ao ano". É de notar-se, porém, que anteriormente este Supremo Tribunal Federal admitia, como taxa de juros compensatórios em desapropriação, a de 6% ao ano, não considerando, portanto, que esse percentual violasse os princípios constitucionais, então também existentes na Constituição de 1967 e na Emenda Constitucional nº 1/69, da garantia do direito de propriedade e da prévia e justa indenização em caso de desapropriação. Nesse sentido, vejam-se, entre outras, as decisões no RE 48.540 (Pleno, RTJ 54/349 e segs.) e RE 73.565 (Segunda Turma, RTJ 65/750 e segs.). Assim sendo, não me parece, em exame compatível com pedido de liminar, que a fixação dessa taxa de juros, por ato normativo infraconstitucional, em 6% ao ano, viole os referidos princípios constitucionais, tendo em vista, igualmente, a taxa de



ADI 2.332-MC / DF

juros legais estabelecida pelo Código Civil e a da remuneração das cadernetas de poupança. Sucede, porém, que o dispositivo ora atacado vai além, pois estabelece que os juros compensatórios serão fixados em até 6% ao ano, o que implica dizer que poderão ser fixados, caso a caso, em muito menos. Nesse ponto, tenho como relevante a sustentação da inconstitucionalidade da expressão "até" constante desse dispositivo por ofensa ao princípio constitucional da prévia e justa indenização. Com efeito, se a jurisprudência desta Corte (assim, a título exemplificativo, nas decisões publicadas nas RTJs 72/113 e segs., 83/266 e segs., 95/1217 e segs. e 126/1048 e segs.), com base, sem dúvida, na necessidade de observância desse princípio constitucional, se fixou no sentido de que cabem os juros compensatórios independentemente de o imóvel desapropriado estar, ou não, produzindo renda (e o Ministro Rodrigues Alckmin, no RE 85.704 (RTJ 83/266 e segs.), bem acentuou que isso decorria da consideração "de que, já paga a indenização - como o devera ser - ao tempo da ocupação do imóvel, o capital que deveria, desde essa ocasião, substituir o bem no patrimônio dos expropriados, produziria rendas - exatamente as rendas que os juros compensatórios representarão"), a taxa desses juros não pode variar até um percentual máximo em decorrência da circunstância variável da maior ou menor utilização, ou possibilidade de utilização, do imóvel desapossado que teria o expropriado.



No tocante à base de cálculo dos juros compensatórios passar a ser a diferença do preço ofertado em juízo e o valor do bem fixado na sentença, é de ver-se que do preço ofertado em juízo o expropriado só pode levantar de imediato 80% dele, ficando depositados, sem a possibilidade de levantamento imediato, os demais 20%, e como os juros compensatórios remuneram o capital que o expropriado deixou de receber desde a perda da posse, para que a parte final do "caput" desse artigo 15-A não fira o princípio constitucional do prévio e justo preço, deve-se dar a ela, para o exame de pedido de concessão de liminar, interpretação conforme à Constituição para se ter como constitucional o entendimento de que essa base de cálculo será a diferença eventualmente apurada entre 80% do preço ofertado em juízo e o valor do bem fixado na sentença.

3. Dispõem os §§ 1º e 2º do artigo 15-A:

"§ 1º Os juros compensatórios destinam-se, apenas, a compensar a perda de renda comprovadamente sofrida pelo proprietário.

§ 2º Não serão devidos juros compensatórios quando o imóvel possuir graus de utilização da terra e de eficiência na exploração iguais a zero".

Pelas mesmas razões por que considerei relevante o fundamento da inconstitucionalidade da expressão "até" constante do "caput" desse artigo 15-A para admitir a variação da taxa de juros compensatórios, e em que levei em conta a jurisprudência desta Corte

ADI 2.332-MC / DF

em exigir a incidência desses juros, para não haver ofensa ao princípio constitucional do prévio e justo preço, independentemente de o imóvel desapropriado estar, ou não, produzindo renda, tenho como relevante a arguição de inconstitucionalidade desses dois parágrafos.

4. Reza o § 3º do artigo 15-A:

"§ 3º O disposto no caput deste artigo aplica-se também às ações ordinárias de indenização por apossamento administrativo ou desapropriação indireta, bem assim às ações que visem a indenização por restrições decorrentes de atos do Poder Público, em especial aqueles destinados à proteção ambiental, incidindo os juros sobre o valor fixado na sentença".

Observam, com razão, as informações que "como a parte final desse § 3º do referido art. 15-A determina que os juros incidam sobre o "valor fixado na sentença", a única consequência normativa relevante da remissão ao caput reside na fixação dos juros no percentual de 6% ao ano". Ora, a questão desse percentual já tendo sido examinada no item 2 deste voto, nada mais há que examinar aqui a respeito dela.

Indefiro, pois, o pedido de liminar quanto a esse dispositivo.

5. Estabelece o § 4º do artigo 15-A:

"§ 4º Nas ações referidas no parágrafo anterior, não será o Poder Público onerado por juros



compensatórios relativos a período anterior à aquisição da propriedade ou posse titulada pelo autor da ação".

Tenho como relevante a alegação de que essa restrição entra em choque com o princípio constitucional da garantia do justo preço na desapropriação. De feito, se o expropriado não alienar seu direito de propriedade, tem ele direito, para a observância desse princípio constitucional, aos juros compensatórios; se efetuar a alienação da propriedade sobre o imóvel - e ele continua proprietário dele até o pagamento da indenização pela desapropriação - estará ele, em verdade, cedendo seu direito de crédito contra o Poder expropriante uma vez que não se admite a reivindicação do imóvel, e esse crédito, para caracterizar o justo preço a que, globalmente, afinal tem direito o adquirente - e por isso mesmo o próprio dispositivo em causa lhe assegura os juros compensatórios posteriores ao momento da aquisição - será evidentemente o que lhe foi cedido.

6. Reza o § 1º do artigo 27:

"Art. 27.....

§ 1º A sentença que fixar o valor da indenização quando este for superior ao preço oferecido condenará o desapropriante a pagar honorários do advogado, que serão fixados entre meio e cinco por cento do valor da diferença, observado o disposto no § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil, não podendo os honorários ultrapassar R\$ 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais)".



Alega o requerente que esse dispositivo é inconstitucional porque vulnera os artigos 1º (que consagra o Estado Democrático de Direito) e o artigo 5º, LIV (que consagra o devido processo legal), da Constituição, porquanto a restrição da verba honorária a valores ínfimos, quando comparados à indenização obtida, fere o princípio da razoabilidade e quebra o princípio da isonomia ao reduzir a verba honorária apenas para o expropriado vitorioso, nada dispondo sobre a redução dessa verba para o expropriante vencedor, não havendo qualquer diferença entre as partes quanto à condenação em honorários de advogado.

Esses fundamentos não se me afiguram com plausibilidade suficiente para a concessão de liminar quanto a esse dispositivo.

Com efeito, demonstram-no as informações ao afastarem as alegações de ofensa aos princípios da isonomia e da proporcionalidade, "verbis":

"De fato, a configuração de uma ofensa à isonomia exige, para além da identificação de uma diferença, a desqualificação das razões factual e normativamente relevantes que poderiam justificar um tratamento diferenciado. Nesse sentido, a norma ora impugnada estabelece disciplina específica acerca dos honorários devidos em desapropriação quando a indenização afigurar-se superior ao preço oferecido. Em tais hipóteses, reconheceu-se inequivocamente a ocorrência de critério suficientemente relevante para o estabelecimento de um expresse e deliberado tratamento específico da matéria. Com efeito, como assevera a doutrina (vide, a respeito, SALLES, José Carlos de Moraes, A Desapropriação à Luz da Doutrina e da Jurisprudência, São Paulo, RT, 4º ed., 2000, p. 629) e reitera o Ministério do

Desenvolvimento Agrário, antes de se haver alterado, por meio do art. 4º da Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, a redação do art. 27 do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941, sequer era devida a verba honorária em desapropriação - ou, ao menos, controvertia-se sobre seu cabimento. A seguir, a Súmula 378 do Pretório Excelso afirmou serem devidos honorários advocatícios em decorrência do princípio da sucumbência e como parte integrante da indenização ao expropriado (SALLES, op. cit., p. 630).

Nada obstante, vigora entre nós presentemente o art. 23 da Lei nº 8.906, de 1994, segundo o qual os honorários pertencem aos advogados e não antes a seus representados. Nessa medida, não mais operam os argumentos relativos à justa indenização na definição dos honorários advocatícios em ações de desapropriação. Assim, legitima-se a adoção de critérios outros que - alheios à obrigação de reparação integral por parte do sucumbente - devam oferecer parâmetros para a determinação dos honorários devidos aos advogados.

A isso, acrescenta-se que, já de longa data, encontra-se vigente entre nós § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil, que, como sabido, autoriza ao magistrado o emprego de critérios equitativos na definição dos honorários devidos pela Fazenda Pública. Tal norma - incontáveis vezes legitimada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal - constitui um inequívoco tratamento não-idêntico da Fazenda Pública, sem que se configure ofensa alguma à isonomia. Em verdade, disciplina específica dos honorários relativos à Fazenda Pública são frequentes em todo o direito comparado. Tome-se, ilustrativamente, a absoluta impossibilidade condenação em verba honorária de órgãos públicos prevista no art. 413 do Código Processual Civil peruano. Nessa medida, opera, na espécie, uma afetação específica do interesse público que legitima, sem ofensa à isonomia, um tratamento normativo não-idêntico da Fazenda Pública fundado em razões factuais e normativamente relevantes e suficientes.

Como se tal não bastasse, no caso específico das verbas honorárias devidas em ações de desapropriação, operam razões suficientes para demonstrar a inexistência de violação quer ao princípio da isonomia quer ao princípio da razoabilidade. Com efeito, nessas ações, como bem observa o Ministério do Desenvolvimento Agrário, em que se discute a correção do preço ofertado, se o preço fixado na sentença afigurar-se idêntico ao preço ofertado, a verba honorária será nula ou igual a zero. Se, por

outro lado, o preço fixado na sentença quedar inferior ao preço ofertado, a diferença tenderá a revelar-se ínfima, excetuada a raríssima hipótese de, no dizer do Ministério do Desenvolvimento Agrário, hipermajoração fraudulenta - não imputável, obviamente, ao expropriado. Cuida-se, destarte, de regra específica que faz frente à circunstância igualmente específica de que os honorários advocatícios operam, via de regra, em favor do expropriado pela natureza mesma da ação em tela, em que o preço ofertado pelo expropriante tende a constituir o piso indenizatório devido ao expropriado. Nessa medida, a posição de expropriante e expropriado na referida ação é, de fato, assimétrica, o que legitima a efetiva concretização do princípio da isonomia por meio da repercussão dessa assimetria em uma disciplina igualmente não idêntica das verbas honorárias.

Nessa medida, existentes razões factuais e normativas suficientes para legitimar o tratamento jurídico não idêntico previsto no dispositivo impugnado, não se vislumbra a alegada ofensa à isonomia consagrada no texto constitucional." (fls. 86/88);

e em seguida acentuam:

"Melhor sorte não merece a alegação de que se estaria a ferir o princípio da proporcionalidade por cuidar-se de redução abusiva do valor dos honorários advocatícios, invocando-se, para configurar a suposta ilegitimidade, a cláusula assecuratória do devido processo legal inserta no inciso LIV do art. 5º da Constituição Federal.

Como sabido, o princípio do devido processo legal em sentido substantivo constitui uma exigência positiva e material relacionada ao conteúdo das leis restritivas de direitos fundamentais, de modo a estabelecer um "limite do limite" ou uma "proibição de excesso" na restrição de tais direitos (vide, a respeito, CANOTILHO, op. cit., pp. 622 e s.). Entre nós, assevera Willis Santiago Guerra Filho que o princípio da proporcionalidade não se confunde com a mera exigência de razoabilidade, pois aquele possui conteúdo material próprio e positivo e institui um procedimento racional de edição de atos normativos (Processo Constitucional e

Direitos Fundamentais, São Paulo, Celso Bastos, 1999, pp. 66-67, nota 60).

O princípio - ou máxima, segundo Alexy (op. cit., p. 111) - da proporcionalidade coincide igualmente com o chamado núcleo essencial dos direitos fundamentais concebido de modo relativo - tal como o defende o próprio Alexy (idem, p. 286). Nesse sentido, o princípio ou máxima da proporcionalidade determina o limite último da possibilidade de restrição legítima de determinado direito fundamental. Possui o princípio da proporcionalidade ou princípio do devido processo legal em sentido material três máximas parciais: a adequação, a necessidade e a proporcionalidade em sentido estrito. Na hipótese dos autos, tal como leciona Gilmar Ferreira Mendes ("A Proporcionalidade na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal", in *Direitos Fundamentais e...*, op. cit., p. 72), a Medida Provisória afigura-se adequada (isto é, apta para produzir o resultado desejado), necessária (isto é, insubstituível por outro meio menos gravoso e igualmente eficaz) e proporcional em sentido estrito (estabelece uma relação ponderada entre o grau de restrição de um princípio e o grau de realização do princípio contraposto).

A impertinência do princípio da proporcionalidade decorre já do fato básico de que a verba honorária presentemente devida aos advogados - e não mais àqueles por eles representados - não constitui núcleo essencial algum de qualquer direito fundamental. Nem se afirme ser esta a exclusiva remuneração da nobilíssima classe dos advogados, a qual, sabidamente, rege-se pelos contratos celebrados entre mandante e mandatário e independe, via de regra, do êxito na demanda. Por outro lado, se contraposta tal circunstância à significativa redução dos custos das desapropriações com a limitação da verba honorária (tal como demonstra a Tabela em Anexo, elaborada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário), afirma-se não só a adequação, mas também a necessidade e a proporcionalidade em sentido estrito. Com efeito, o princípio constitucional do efetivo desempenho da função social da propriedade bem como a imposição da realização da reforma agrária e o princípio da eficiência - ou da minimização dos custos - no desempenho de funções públicas encontram de fato realização mais plena na disciplina da matéria constante da Medida Provisória impugnada. Como já indicado, a Tabela em Anexo explicita que, somente no Estado de Minas Gerais, o custo médio de honorários



ADI 2.332-MC / DF

advocaticios por hectare desapropriado cairia de R\$ 94,18 para R\$ 23,55. Tal medida, evidentemente mais conforme à imposição constitucional de realização da reforma agrária (e, portanto, adequada), revela também necessária, pois nenhum outro meio menos gravoso afigurar-se-ia igualmente eficaz na ampliação da efetividade da função social da reforma agrária. Para assim concluir, basta considerar que se cuida de redução de 15% em custos acessórios e ancilares que nada acrescentam ou retiram à justa e integral recomposição do patrimônio do expropriado, pois a ele não se destinam. Por fim, a proporcionalidade em sentido estrito resta igualmente configurada: quer porque a verba honorária (além de encontrar seu limite nominal sujeito à correção, nos termos do art. 1º da Medida Provisória impugnada) corresponde a mil vezes o valor do salário mínimo ou ao maior salário anual de um Ministro do Supremo Tribunal Federal; quer porque o ganho que implica, para toda a coletividade, na máxima efetividade dos princípios constitucionais contrapostos compensa amplamente os ônus que recaem sobre um pequeno grupo de integrantes desse mesmo corpo social." (fls. 88/90).

Por fim, esta Corte não tem acolhido a alegação do não cabimento de Medida Provisória com relação a matéria processual, como se vê do recente julgamento da ação direta de inconstitucionalidade nº 2.251 relativa à admissão do segundo pedido de suspensão junto ao Supremo Tribunal Federal decorrente da Medida Provisória nº 1.984/2000.

7. Por outro lado, com referência aos dispositivos atacados cuja suspensão se estriba em fundamento jurídico relevante, tenho como ocorrentes os requisitos quer do "periculum in mora" quer da conveniência, dados os reflexos nas inúmeras desapropriações em andamento.

8. Em face do exposto, defiro em parte o pedido de concessão de liminar, para suspender, "ex nunc" e até o final julgamento desta ação, a expressão "até" constante do "caput" do artigo 15-A introduzido no Decreto-Lei nº 3.365/41 pelo artigo 1º da Medida Provisória nº 2.027-43, de 27 de setembro de 2000, as interpretações da parte final desse "caput" que não a de que a base de cálculo dos juros compensatórios será a diferença eventualmente apurada entre 80% do preço ofertado em juízo e o valor do bem fixado na sentença, e os §§ 1º, 2º e 4º desse mesmo artigo 15-A.



05/09/2001

TRIBUNAL PLENO

MED. CAUT. EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.332-2 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES

REQUERENTE : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

ADVOGADO : REGINALDO OSCAR DE CASTRO

REQUERIDO : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

DEBATES

(S/ART. 15-A DO DECRETO-LEI N.º 3.365)

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Sr. Presidente, vou continuar lendo o voto, depois o desdobro:

"... no tocante à base de cálculo dos juros compensatórios, passa a ser a diferença do preço ofertado em juízo e o valor..."

Portanto, parece-me que o "até" é inconstitucional, mas os seis por cento, não, pois o próprio Supremo Tribunal Federal admitia anteriormente.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Mas, daquela vez, passou a admitir.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Mas não por inconstitucionalidade.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Reafirmando a base constitucional, isso até em decisões recentes, dos doze por cento...

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Essa fixação porque não havia norma legal a respeito.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Mesmo na Primeira Turma, pelo menos em dois recursos extraordinários, V.Exa. acompanhou, uma vez, o Ministro Octavio Gallotti e, outra vez, para afirmar que a fixação das taxas de juros compensatórios em menos de 12% violava, segundo a construção do Supremo, o princípio da justa indenização.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Não me recordo disso, e isso não impede o seu reexame.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Discutia-se exatamente se a matéria era constitucional.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Então, se vier uma lei e estabelecer que os juros serão de treze por cento, teremos de considerar que, por exagero, se fere o preceito da justa indenização. O Supremo Tribunal Federal, obviamente, estabeleceu essa taxa, porque achou que era uma taxa razoável, mas isso não quer dizer que ela exclusivamente seja, em qualquer época, a que se compatibiliza com o justo preço.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - A jurisprudência que o Tribunal, mal ou bem, derivou da Constituição, salvo melhor juízo, não pode ser desfeita por uma medida provisória.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Ministro, a jurisprudência, por falta de norma legal, tem variado.

O Supremo Tribunal Federal, que antigamente considerava que seis por cento eram compatíveis com o justo preço, estaria violando esse preceito constitucional? Ou essa fixação decorreu de circunstâncias econômicas que variam, conforme haja ou não inflação mais ou menos acentuada?

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO (PRESIDENTE) - V. Exa. não entende que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal fixou essa taxa de doze por cento para efeito de composição de lucros cessantes? Se é assim, se os lucros cessantes estão incluídos na justa indenização, pode uma lei reduzir a verba? Não fere o princípio da justa indenização?

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES - Então, o Código Civil também está revogado, por inconstitucionalidade, porque a taxa legal de juros é de seis por cento e o é igualmente para os lucros cessantes.

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO (PRESIDENTE) - Quanto aos juros de obrigação em dinheiro, sim. Aqui, entretanto, não se trata de obrigação dessa natureza, mas de indenização de imóvel.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES - Não, V. Exa. está equivocado. Os juros compensatórios se destinam a compensar a renda que poderia advir do imóvel em que houve a imissão na posse, senão, V. Exa. teria de considerar que não há juros compensatórios quando a terra não é utilizada.

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO (PRESIDENTE) - Veja V. Exa. que, nas ações expropriatórias, não há referência a lucros cessantes, por que estão eles representados pelos juros compensatórios.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES - Estou admitindo os seis por cento, que foi uma taxa que o Supremo Tribunal Federal já considerou, em face dos mesmos princípios, como uma taxa que não atentava contra o justo preço.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Então, quando o Supremo Tribunal Federal mudou sua orientação e passou a decidir que a Constituição exigia 12%, esse entendimento é "salvo melhor juízo" de uma medida provisória. O grande argumento de V. Exa. é que já admitimos...

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES - Não. Não é o grande argumento, *data venia*.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Excelência, estamos no exame de uma medida cautelar. Como dizer que não é relevante o argumento, uma vez que o Supremo Tribunal, com base na Constituição, estabeleceu essa taxa?

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES - Sr. Presidente, entendo dessa forma, porque considero, inclusive, que o Supremo Tribunal Federal deu isso como rendimento relativo ao capital que deveria ter sido pago de imediato ...

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO (PRESIDENTE) - V. Exa. acha que os lucros cessantes não integram a indenização?

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES - Os juros compensatórios a 12% também podem não ser suficientes.

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO (PRESIDENTE) - Sim, na desapropriação de um imóvel rural que produza, posto não a ponto de ser considerada propriedade produtiva, segundo o conceito constitucional, pode-se fixar os lucros cessantes em um ou dois por cento?

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES - V. Exa. há de convir que essa fixação de doze por cento foi feita em uma época em que estávamos na mais terrível das depressões econômicas com relação ao problema e, naquele tempo, não havia sequer correção monetária, por se entender que ela exigia previsão em lei. Por isso, o Supremo Tribunal, não disse que os seis por cento, estabelecidos em época de estabilidade econômica, eram inconstitucionais. Mas isso não quer dizer que, quaisquer que sejam as circunstâncias econômicas, não

seja possível modificar-se a jurisprudência da Corte por lei. Será preciso uma emenda constitucional para que haja tal modificação, ainda que para aumentar a taxa? Daqui a pouco se sustentará que essa fixação se tornou cláusula pétrea.

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - Quando foi fixado em doze por cento, o rendimento do investimento em caderneta de poupança era superior, hoje ele está aquém de doze por cento, ou seja, são valores variáveis.

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO (PRESIDENTE) - Admito. O que, em consequência, não se pode deixar de admitir é que, no cálculo da indenização, doravante, entre uma parcela correspondente aos lucros cessantes.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - O que me assusta é ver sustentar-se, aqui, que é irrelevante, - de tal modo, a ser simplesmente desprezada - uma arguição de inconstitucionalidade que se funda numa interpretação constitucional sumulada do Supremo Tribunal. Posso até chegar, com uma reflexão mais profunda, a uma rediscussão da matéria. Não neste julgamento liminar .

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - Qual é a data da súmula?

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - É a Súmula nº 618, uma das últimas súmulas do Tribunal; deve ser de 1984.

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - De vinte anos atrás?

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Sim, Excelência, todas as nossas súmulas tem pelo menos essa idade.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES - Sim. São, justamente, porque não temos tempo de pensar em novas súmulas. Há muito, ouço falar que há 120 projetos de novas súmulas.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Não é culpa minha, Excelência.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES - Não estou dizendo isso, até porque foi V.Exa. que tomou esse encargo. V.Exa. não o tinha por força de lei.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Tinha, como membro da Comissão de Jurisprudência. E dele me desincumbi...

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES - V.Exa., muito antes de pertencer à Comissão, já dizia isso. Também conheço a história do Tribunal. Aqui, nem sequer há a fundamentação dessa Súmula nº 618 que, evidentemente, ocorreu em virtude das circunstâncias da época. É preciso considerar-se que estamos numa época absolutamente diversa. As circunstâncias são diversas. E Temos afirmado que uma norma pode tornar-se inconstitucional em virtude de circunstâncias posteriores. Pergunta-se, por que, também, uma taxa dessas não pode tornar-se constitucional, em virtude das mesmas circunstâncias em sentido reverso?

O que estou dizendo é algo que me parece bastante claro. Essa taxa de seis por cento foi afastada com base na Constituição no momento em que, pelas condições econômicas da época, se teve como incompatível para a formação do justo preço. Por isso mesmo até a caderneta de poupança proporcionava juros mais altos. Assim, nesse momento, foi possível sustentar-se que, tendo em vista as circunstâncias econômicas da época, essa taxa não atendia ao justo preço. Hoje, a situação é absolutamente diversa.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - V. Exa. quer revogar uma súmula em medida cautelar!

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES - Em primeiro lugar, V.Exa. sabe, perfeitamente, que a legislação superveniente afasta a súmula em sentido contrário.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - O problema é a base da súmula, que é constitucional. Mal ou bem.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES - V.Exa. sabe que só se revoga súmula quando continua a mesma legislação, e o Tribunal muda de orientação.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Não, quando a súmula é constitucional. E revogarmos a súmula em medida cautelar de ADIn, é dizer que a arguição fundada na súmula não tem relevância alguma. Não tenho simpatia alguma pelos interesses contrários a essa medida provisória. Agora, tenho responsabilidade com esta Casa.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES - E V. Exa. acha que também não tenho responsabilidade com a Casa?

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Não, Excelência, são pontos de vista diversos. Peço apenas a reflexão de V.Exa. para isto: estamos no julgamento de medida cautelar. Podemos dizer que uma arguição fundada numa súmula que temos afirmado que tem base constitucional é irrelevante, para não se considerar sequer os outros pressupostos da cautelar?

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES - Ora, não é irrelevante. *Data venia*, quando digo que uma tem relevância para a liminar, não estou dizendo que a outra é irrelevante. Se fosse assim, não poderíamos mais julgar improcedente a ação. Isso, *data venia*, é levar ao exagero.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Podíamos julgar improcedente.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES - Se dissermos que é irrelevante para não concedermos a liminar, depois, será, pelo menos, problemático dizer-se que passa a ser relevante para julgar procedente a ação.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Há uma súmula do Supremo Tribunal reafirmada em decisões recentíssimas em que dizemos que ofende o art. 5º, XXII, a fixação de taxas de juros compensatórios abaixo de doze por cento.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES - V. Exa. já viu qual é a referência em que se baseia essa súmula?

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Excelência, estou me referindo aos recursos extraordinários recentes com o voto honrado de V.Exa.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES - Isso porque, não havendo então lei alguma que fixe a taxa desses juros, a jurisprudência desta Corte, em momento econômico diverso do anterior, fixou-a em 12%, embora tomando também como referência o artigo 1.063 do Código Civil que fixa a taxa legal dos juros moratórios em 6%, em época anterior de estabilidade econômica. Por que essa alusão esse artigo 1.063?

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO (PRESIDENTE) - Já fiz essa pesquisa, até mesmo com relação à origem desses juros de doze por cento. Eles foram fixados para compensar lucros cessantes. Numa ação famosa da qual fui Relator, do Rio Grande do Sul, afastei os

ADI 2.332-MC / DF

lucros cessantes porque havia os juros de doze por cento. Se o entendimento fosse contrário, eu os teria mantido, pois eram muito mais elevados do que os doze por cento. Agora, daqui para frente, como ficará? O juiz não pode rejeitar uma parcela da indenização correspondente aos lucros cessantes da propriedade, pois o problema é a dificuldade em calculá-los.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Veja, Excelência, que, se o juiz, hoje, recusar os doze por cento, com base na Súmula nº 618, o recurso extraordinário virá para este Tribunal.

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO (PRESIDENTE) - Não, porque perde esse caráter de substitutivo dos lucros cessantes.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - O art. 1.063 do Código Civil trata dos juros moratórios legais.

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO (PRESIDENTE) - O errado, na verdade, foi a concessão, de maneira generalizada, de juros compensatórios de doze por cento, a título de lucros cessantes, sabendo-se que há imóveis produtivos e imóveis improdutivos. Esse foi o grande problema e é ele que preocupa, agora, a Administração, visto que a taxa uniforme eleva as indenizações, indiscriminadamente, a valores estratosféricos.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Está citado aqui, como referência da súmula, o art. 1.063 do Código Civil:

"Art. 1.063 - Serão também de seis por cento ao ano os juros devidos por força de lei, ou quando as partes os convencionarem sem taxa estipulada."

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO (PRESIDENTE) - A taxa de doze por cento parece que não foi buscada no Código Civil.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Estou dizendo a V.Exa. que o artigo do Código Civil deve ter sido levado em consideração para caracterizar-se que assim deveria ser em época de estabilidade econômica, em que se justificava a taxa de 6%, e não em período de instabilidade que exigia fixação em valor maior, à falta de previsão legal.

Hoje estamos numa fase de moeda estabilizada. Mesmo com relação a lucros cessantes, seis por cento ao ano é uma taxa perfeitamente razoável, certo como é que é a taxa que se estabelece até para a remuneração da caderneta de poupança.

Há no caso, que se admitir, neste exame de liminar, a presunção de constitucionalidade do dispositivo em causa, dada a diferença de situações econômicas. Não fora assim, e não teria sentido até a taxa de remuneração da caderneta de poupança.

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO (PRESIDENTE) - Mas ninguém é obrigado.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Ninguém é obrigado, mas todos são compelidos, porque não há outro.

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO (PRESIDENTE) - Isso foi do tempo em que o depósito bancário não era remunerado.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - E continua não sendo. Hoje é muito pior. Se não se movimenta a conta, paga-se. V.Exa. sabe que nos países de primeiro mundo paga-se para ter depósito. Até isso ocorre. Já pensou se no Brasil isso acontecesse naquela época em que a inflação chegou oficialmente a oitenta e cinco por cento, quando, na realidade, era superior a cem por cento ao mês? Então, obviamente, se fossemos considerar aquele período, também o Supremo Tribunal Federal teria agido inconstitucionalmente, porque doze por cento, naquele tempo, pouco representava, sendo apenas melhor do que seis por cento.

O SR. MINISTRO CARLOS VELLOSO - Excelência, em compensação os bancos estão cobrando, no cheque especial, por exemplo, o Banco do Brasil, uma das taxas mais baixas: 7.5% ao mês, 153.41% ao ano.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Então, vamos considerar que, também, aqui, os juros devem ser de sete por cento ao mês e cento e cinquenta e três por cento ao ano.

O SR. MINISTRO CARLOS VELLOSO - Não, estou só mostrando como é o comércio nacional.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - V.Exa. se referiu a comércio internacional e isso...

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Isso decorre do comércio internacional também, porque tudo isso está intimamente ligado.

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - Excelência, não há que se verificar, porque taxa de juros bancários, em financiamento, diz respeito ao problema da inflação no sentido do fluxo do acúmulo de poupança na compra, ou seja, no momento em que se obtivesse uma taxa de juros bancários de doze por cento ao ano, teríamos um acesso de crédito ao mercado que não teria como a produção nacional atender. Então, teríamos uma elevação de taxa de inflação.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Mas não foi proposta a ação de inconstitucionalidade.

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - Não, estou-me referindo ao exemplo pelo qual V.Exa. ficou sensibilizado: a taxa de juro de bancos. Isso é outra coisa.



ADI 2.332-MC / DF

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (Relator): - Sim, mas não venha dizer apenas, como se disse, que a lei...

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - Não, não estou dizendo nada. Estou dizendo que essa sensibilização sua está equivocada.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - ...da caderneta de poupança o que se manda, o que se cobra são juros de comércio internacional. É claro que tem reflexo do comércio internacional.

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - É outra coisa.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Não preciso que V.Exa. me lembre.

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - Mas não é nem essa a taxa de juros.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Tem reflexo.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Por isso mesmo esta Corte nunca declarou a inconstitucionalidade da legislação das instituições financeiras.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Não posso admitir, porque não se está discutindo lei por presunção de constitucionalidade; está-se discutindo uma medida provisória, e não posso admitir que uma súmula, que afirmamos para os jurisdicionados decorrente da Constituição, seja desprezada como irrelevante numa arguição de inconstitucionalidade de uma medida provisória.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Mas ela poderia ser desprezada se fosse uma lei votada pelas lideranças, sem discussão absolutamente alguma.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Esse é o ponto.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - A Constituição diz que a medida provisória tem força de lei. Ela por isso pode criar até tributo. E por que não taxa de juros compensatórios?

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Com força de lei, não com força de alterar o que o Supremo, mal ou bem, assentou que decorria da Constituição, não de uma lei ordinária. Não pode, Excelência.



ADI 2.332-MC / DF

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Mas por quê? Quer dizer que a lei não pode mais alterar essa taxa ainda que a situação econômica se altere?

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Não pode.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Não pode mais modificar, porque a súmula do Supremo é estratificada, é de nível constitucional?

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Não, Excelência! V. Exa. está distorcendo o meu raciocínio.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Absolutamente. Estou dizendo apenas o que resulta dele.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - V. Exa. está distorcendo.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - V. Exa. é que o está, por uma razão simples: estou dizendo que isso é em decorrência das circunstâncias econômicas. V. Exa. não atentou para isso.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Sr. Presidente, seria o caso de levantar a preliminar de revogação da Súmula nº 618.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Mas, Ministro, revoga-se, quando o Tribunal revoga.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Sim, mas isso tem que ser decidido antes.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Não, isso só será...

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Para declarar irrelevante a arguição da Súmula nº 618 na ação direta, temos antes de esclarecer.



ADI 2.332-MC / DF

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - V. Exa. é inteligente demais para querer confundir coisas distintas. Será efeito, não de revogação da súmula pelo Tribunal, mas de revogação da súmula por lei se se considerar constitucional essa medida. E, por isso, é preciso, primeiro examinar a constitucionalidade da medida que é a causa cujo efeito será a revogação da súmula.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - A súmula é de base constitucional, Excelência.

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - É pré-constitucional.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Não, Excelência, a súmula....

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - É pré-constitucional; é anterior à Constituição de 88.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Ministro, a exigência da "justa indenização" até a Carta decaída tinha.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Tinha, mas resultou também das circunstâncias econômicas, por isso cita o Código Civil. Não tem sentido dizer que os juros compensatórios são de doze por cento, porque o Código Civil diz que os juros legais são de seis por cento. O Supremo não chegou ao absurdo de considerar ser seis igual a doze. Apenas invocou a norma do Código Civil para caracterizar justamente ser norma absolutamente ultrapassada, embora tivesse sido norma que, possivelmente, fora utilizado quando o Tribunal estabeleceu que seis por cento era a taxa compatível com o justo preço.

Agora, V. Exa. deixa de lado as circunstâncias econômicas, e diz que temos, primeiro, de revogar a súmula para, depois, examinar a constitucionalidade, ou não, da medida provisória em causa. Aí, **data venia**, confunde-se causa com efeito e efeito com causa.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - O problema é liminarmente afirmar a irrelevância da arguição, fundada em Súmula de fonte constitucional, Excelência.



ADI 2.332-MC / DF

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - O que está em causa para ter-se presunção de constitucionalidade é a medida provisória.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Como vou julgar, na terça-feira, recurso extraordinário, na Turma de V. Exa, se se invocar a Súmula nº 618?

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Terá de esperar que se decida se esta medida provisória, no ponto, é, ou não, constitucional. Só isso, Assim, não há problema algum. Nem argumento *ad terrorem* V. Exa., está encontrando.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Aliás, quando estou contra V. Exa., não tenho minha assessoria predileta de terrorismo jurídico...

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Se não tem, V. Exa., acaba de utilizá-la, até talvez por não ter mais outro argumento.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Então, V. Exa. apela para o terrorismo?

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Não, V.Exa., foi quem apelou.

Considero até que sim, porque, aí, não é possível deixar o juiz fixar meio, dois, quatro ou cinco por cento. Considero que seis por cento é uma taxa razoável, em face das circunstâncias econômicas do momento em que vivemos. É uma taxa razoável, e, conseqüentemente, o seu estabelecimento não fere o justo preço, tendo em vista a circunstância de que os rendimentos obtidos com esse mesmo dinheiro têm dado normalmente esses seis por cento, quando não dão menos, conforme a aplicação que se faça.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Os indenizados jamais depositaram em caderneta de poupança, Excelência.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Sr. Presidente, considero não haver relevância para se declarar a suspeita de inconstitucionalidade no momento em que as circunstâncias econômicas são semelhantes àquelas anteriores, quando o Supremo Tribunal dizia ser razoável uma taxa de seis por cento, para os juros compensatórios.



ADI 2.332-MC / DF

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO (PRESIDENTE) - Eminente Relator, apenas para a fixação de meu voto, gostaria que V.Exa. esclarecesse o seguinte: é possível, por medida provisória ou por lei, tabelar lucros cessantes a serem computados numa indenização?

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Se não for, V. Exa., terá de achar que a súmula do Supremo Tribunal é inconstitucional.

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO (PRESIDENTE) - Não digo que é inconstitucional, mas que...

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Mas é inconstitucional. V. Exa., pretende não ser possível tabelar por lei, mas que o Supremo pode fazê-lo. Não dá para entender.

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO (PRESIDENTE) - Nunca, ao que me consta, se veio alegar a inconstitucionalidade dos juros compensatórios de doze por cento. Mas se me deparasse com alegação dessa ordem, possivelmente me pronunciaria pela inconstitucionalidade.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Mas quem poderia fixar? O juiz? Isso é o que quero responder, porque V. Exa., fez uma indagação: é possível uma lei fixar? É óbvio que é possível.

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO (PRESIDENTE) - Mas sem ferir a Constituição, sem ofender o princípio do justo preço?

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - É evidente. Veja V. Exa., salvo se for desarrazoada - e aqui não há desarrazoabilidade alguma. Qual é a desarrazoabilidade, se as circunstâncias econômicas mudaram?

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO (PRESIDENTE) - Saber a quanto montam os lucros cessantes é questão aritmética, a cargo da perícia. Se a lei diz, previamente, que correspondem a doze por cento, acho que fere a Constituição. A súmula foi elaborada numa época muito anterior ao meu ingresso no Tribunal, mas não me consta que a inconstitucionalidade da taxa houvesse sido alegada. O certo, entretanto, é que, como as indenizações não são pagas do modo previsto na Constituição — a indenização da ponta do Galeão, desapropriada no Governo Vargas, em 1937, para instalação da base aérea e do aeroporto até hoje, ao que consta, ainda não foi paga — o seu valor, por efeito da taxa de doze por cento anual, vai dobrando a cada oito anos ($8 \times 12 = 96$), chegando a valores irreais após um longo período de tempo.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - E V. Exa., sabe por que não foi pago? Obviamente porque essa taxa é tão alta que, por isso mesmo, vai crescendo, capitalizando-se numa margem absolutamente de progressão geométrica.

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO (PRESIDENTE) - Permita-me, eminente Relator, colher os votos.

05/09/2001

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 2.332-2 DISTRITO FEDERALV O T O

(S/ ART. 15-A DO DECRETO-LEI N° 3.365)

A Sra. Ministra Ellen Gracie - Sr. Presidente, acompanho o Ministro-Relator para excluir deste dispositivo a expressão "até", e, também, para considerar a possibilidade de afastamento da dicção da Súmula n° 618.

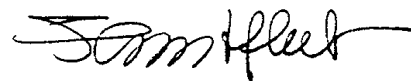
O próprio Supremo Tribunal Federal, anteriormente, já considerou esse limite de seis por cento como um rendimento razoável ao capital que deveria ser pago. A conjuntura na qual surgiu essa Súmula n° 618 é diversa, evidentemente, daquela que vivemos hoje.

Do voto do Ministro Rafael Mayer, num dos precedentes que embasaram a formação da súmula, cclho exatamente esse tipo de argumento. Dizia S. Exa.:

"Têm razão os recorrentes ao se rebelarem contra a fixação dos juros compensatórios em seis por cento. A jurisprudência mais recente deste Tribunal tem, invariavelmente, admitido a estipulação em doze por cento ao ano, para melhor atender à finalidade de dar ao expropriado uma justa indenização."

Portanto, a consideração era econômica, circunstancial, no momento da fixação da jurisprudência que deu margem à súmula.

Acompanho o eminente Ministro-Relator.



05/09/2001

TRIBUNAL PLENO

MED. CAUT. EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.332-2 DISTRITO
FEDERAL

À revisão de apartes dos Srs. Ministros Sepúlveda
Pertence e Moreira Alves (Relator).

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.332

(MEDIDA LIMINAR)

VOTO

(S/ART. 15-A DO DECRETO-LEI Nº 3.365)

O SENHOR MINISTRO NELSON JOBIM - Sr. Presidente, o debate trata da possibilidade ou da impossibilidade, da relevância ou da irrelevância de um texto legal, em face da súmula.

Conforme demonstrado pelo Relator, e não poderia ser de outra forma, a súmula, ao fixar em doze por cento, veio a dirimir um grande debate que se travava sobre as circunstâncias da época, em que o Tribunal entendeu, na fixação de doze por cento, que teríamos uma justa indenização dentro do quadro de então.

Essas são as razões que mostram que não podemos pretender, com a perenização de fixações que já remontam talvez há

ADI 2.332-MC / DF

quase vinte anos; não sei qual é a fixação, mas a referência que tenho aduz à década de 80, ou seja, essa circunstância está posta.

O fato é que, havendo uma súmula do Supremo Tribunal Federal, e a superveniência de uma lei que afete a súmula, deveremos nos perguntar: colocaremos as súmulas do Supremo Tribunal Federal no mesmo nível da lei? Se colocarmos ao mesmo nível da lei, teremos que admitir que uma lei posterior revogue uma lei anterior, salvo se as súmulas do Supremo só puderem ser renovadas pelo Supremo, como se o Tribunal estivesse insuscetível de qualquer tipo de fiscalização pelos Poderes democráticos da Nação.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE – Ministro Nelson Jobim, se V. Exa. está aludindo a um argumento que levantei, seja fiel ao que eu disse. Perdoe-me por interromper.

O SENHOR MINISTRO NELSON JOBIM – Não estou falando de Vossa Excelência. Este é o ponto que deve ficar muito claro. Isso foi dito aqui: temos a edição de uma súmula, na década de 80, que fixou em doze por cento; temos a superveniência de uma legislação posterior que, em face de circunstâncias novas, em situações econômicas completamente diversas, vem alterar este texto. Nas informações consta que no caso de um imóvel, em março de 96, ou seja, data em que teria sido corrigido e atualizado, estava fixado em vinte e oito milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e dois reais; na mesma data, março de 96, foi aplicada a Súmula nº 113 do Superior Tribunal de Justiça:

ADI 2.332-MC / DF

"Os juros compensatórios, na desapropriação direta, incidem a partir da imissão na posse, calculados sobre o valor da indenização, corrigido monetariamente."

Ou seja, os juros de doze por cento incidem sobre o valor, a contar da imissão na posse, corrigido monetariamente.

Qual foi a consequência disso? O imóvel, corrigido monetariamente, passou a valer, em março de 96, vinte e oito milhões de reais; teve, como juros compensatórios, na mesma data, aplicada a Súmula do STJ, um valor de juros compensatórios igual a setenta e três milhões, quinhentos e setenta mil reais, cujo total será de cento e dois milhões. O que mostra a distorção da aplicação de juros de doze por cento, considerando, inclusive, a incidência dos juros sobre o valor corrigido monetariamente, como pretende a súmula aplicada. Ora, é evidente a absoluta distorção.

Um imóvel que, à época, valia determinada quantia, atualizado monetariamente o seu valor, tendo em vista a inflação ocorrente no período, em março de 96, passa a valer vinte e oito milhões; sobre esse valor incidem juros compensatórios de doze por cento, pelo período da data da imissão da posse, o que daria um total de setenta e três milhões. Não existe investimento mais rentável que essa fórmula estabelecida.

Assim sendo, não perenizo a Súmula do Supremo Tribunal Federal e parto da presunção objetiva da constitucionalidade, considerando esse dado.

Há um outro dado curioso, ou seja, parte da Colônia Pindorama no Paraná, por exemplo, o imóvel, em abril/96, vale vinte

ADI 2.332-MC / DF

milhões, setecentos e vinte seis mil reais, e juros compensatórios de quarenta milhões, o dobro, ou seja, duzentos por cento do valor do imóvel são de juros compensatórios, demonstrando a absoluta distorção do problema.

Sr. Presidente, partindo do pressuposto da constitucionalidade, não vejo razão alguma para termos uma espécie de mitificação das súmulas do Supremo, para que não possam ser revogadas por atos legais, e, considerando, ainda, os dados trazidos pela Ministra Ellen Gracie, isto é, o fundamento à época da elaboração da Súmula, mostrando que dizia respeito à conjuntura econômica daquele momento, evidentemente, parece-me razoável.

Portanto, acompanho o voto do eminente Ministro-Relator, mas fixo, também, na supressão da expressão "até", porque estabeleceria a possibilidade de uma longa litigiosidade, pois se entregaria ao arbítrio do próprio juiz a fixação de um valor que poderia ser zero.

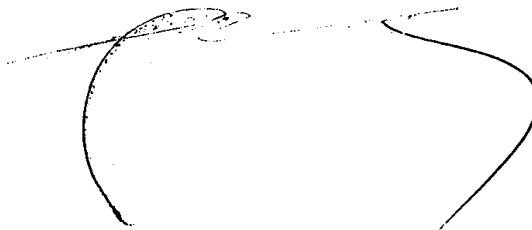
Supremo Tribunal Federal

05/09/2001

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 2.332-2 DISTRITO
FEDERALESCLARECIMENTO(S/ART. 15-A DO DECRETO-LEI Nº 3.365)

O SENHOR MINISTRO MAURÍCIO CORRÊA: - Sr. Presidente, como fui o primeiro a votar, na parte divergente, falei que suspendia o dispositivo, pois pareceu-me que a impugnação tratava do dispositivo completo, mas o meu voto limita-se à expressão "de até seis por cento ao ano".



05/09/2001

TRIBUNAL PLENO

MED. CAUT. EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.332-2 DISTRITO FEDERAL

V O T O

(S/ ART. 15-A DO DECRETO-LEI Nº 3.365)

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO**: - Sr. Presidente, o Supremo Tribunal Federal estabeleceu que a taxa dos juros compensatórios seria de doze por cento ao ano. Assim procedeu ao argumento de que esses juros integram o conceito de preço justo, previsto na Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XXIV. É uma forma de compensar não só a perda do imóvel, pelo seu proprietário - lembrou, com muita propriedade, o eminente Ministro Ilmar Galvão - como compensar, de certa forma, a perda de possíveis lucros cessantes. São duas questões que se embricam.

A Súmula nº 618 cristaliza a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no ponto. É dizer: o não-uso do imóvel pelo seu proprietário é compensado, repito, pelos juros compensatórios, à taxa de doze por cento ao ano. Essa é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, adotada, principalmente, depois que o recurso extraordinário, desta Corte, passou a ter base, apenas e tão-só, no




contencioso constitucional. Essa jurisprudência vem sendo mantida com base na Constituição Federal, no conceito de preço justo, previsto em seu art. 5º, inciso XXIV.

Posta assim a questão, Sr. Presidente, força é convir que a arguição de inconstitucionalidade apresenta alta relevância. Noutras palavras, concorre em favor da arguição o requisito daquilo que, na linguagem comum do foro, denomina-se **fumus boni juris**, que, no caso, autoriza a suspensão do dispositivo legal acoimado de inconstitucional.

Com base nessas brevíssimas considerações, defiro a suspensão cautelar do art. 15, **a**, ora em discussão.

Acompanho, portanto, o voto do Ministro Maurício Corrêa.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - V.Exa. está votando, então, antes do meu voto?

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO**: - Não é o art. 15, "a"? Estou suspendendo integralmente o dispositivo. 

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - V.Exa. está suspendendo a primeira parte, e há uma segunda. Estamos analisando primeiro com relação à alíquota. A segunda parte não foi votada, que é a referente à base de cálculo.

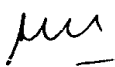
O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (Relator): Ou se suprime tudo, "até seis por cento ao ano", ou se suprime apenas a palavra "até". Quanto à segunda parte, o Ministro-Relator ainda não votou.

O Sr. Ministro CARLOS VELLOSO: - A base de cálculo, então, não está sendo votada?

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Mas, se V.Exa. quiser declará-la inconstitucional, não há problema algum. Sem medida provisória não se pode fazer nada disso.

O Sr. Ministro CARLOS VELLOSO: - Tenho minhas dúvidas com relação à urgência dessa medida provisória.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Depois desses números, ainda há dúvida?



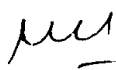
O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO**: - Tenho uma certa dúvida, porque os dispositivos permanentes estão vigentes desde o ano de 1941.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Não há dispositivo vigente. V.Exa. é capaz de me citar qual é a lei que prevê doze por cento?

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO**: - Com relação à desapropriação.

Acabei de dizer que o Supremo Tribunal Federal fixou essa taxa de doze por cento, com base no conceito de preço justo.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Preço justo, em face do artigo 1.063? O Código Civil estabelece seis por cento.

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO**: - Essa taxa de doze por cento integra o conceito de preço justo que a Constituição manda que seja pago, em razão da perda do imóvel. 

A medida provisória está reduzindo os juros compensatórios e o Supremo entende que deve ser de doze por cento, com base na Constituição.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - O "até" retirei. Depois, V.Exa. vai me permitir que explique direito, porque não é o que está dizendo.

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO**: - Está escrito aqui.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Não. V.Exa. esqueceu de dizer que a súmula não se baseia apenas no art. 153, § 22, mas também invocou o art. 1.063 do Código Civil que não concedia doze por cento, o que era explicação para o critério anterior, quando havia um regime de estabilidade monetária, e o próprio Supremo considerava que os juros, no caso, seriam de seis por cento.

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO**: - Ministro Moreira Alves, estou lendo o que diz a medida provisória.

O Supremo Tribunal tomou essa decisão, sumulou essa jurisprudência, com base no preço que a Constituição manda que seja




justo. É forma, também, lembrou o eminente Ministro Ilmar Galvão, de compensar possível perda de lucros cessantes.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Desde que o Supremo existe, diz isso. Não fala em lucros cessantes. Isso não são lucros cessantes, com todas as vênias. São os rendimentos do capital que deveria ter sido pago de imediato, e não foi feito, porque se entende que o preço pago depois é prévio porque ainda não houve a transmissão da propriedade.

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO**: - Porque se perdeu a posse do imóvel, quer dizer, a propriedade de fato do imóvel.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - V.Exa. terá, então, de considerar que não tem de pagar juros compensatórios algum quando não há utilização da terra.

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO**: - Não é nada disso.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Tem que ser. Não é por causa disso? Não é para compensar? 


O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO**: - Excelência, a jurisprudência dispensa esse exame. Aliás, V.Exa. examinará daqui a pouco outro dispositivo, o § 1º, que estabelece:

"os juros compensatórios destinam-se, apenas, a compensar a perda de renda comprovadamente sofrida pelo proprietário."

Apreciaremos depois.

Deixe-me votar. Eu estava suspendendo na extensão total, mas, fui advertido, pelo eminente Ministro-Relator, de que em seguida é que vamos votar as demais normas.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Não são as demais. É essa mesma, apenas a continuação dessa norma. É que na segunda parte dessa norma vem a base de cálculo, só isso. Aqui não estamos nas demais, e, sim, na própria.

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO**: - Então, mantenho o meu voto. Suprimo a expressão "de até seis por cento ao ano". 

05/09/2001

TRIBUNAL PLENO

MED. CAUT. EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.332-2 DISTRITO FEDERAL

V O T O

(S/ ART. 15-A DO DECRETO-LEI Nº 3.365)


O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO - Sr. Presidente, cheguei à conclusão, com base em pesquisa que fiz, há anos, na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, de que esses juros compensatórios são uma construção pretoriana que visam compensar o lucro da propriedade, ou seja, os "lucros cessantes".

São para o caso de uma propriedade que vem produzindo, dando lucro, e, de repente, é desapropriada. É claro que esses lucros cessantes, pelo Código Civil, não de ser considerados para efeito de indenização.

O Supremo Tribunal Federal, para facilitar o cálculo dessa indenização, adotou o critério de mandar creditar, ao expropriado, doze por cento sobre o valor do imóvel, a título de juros compensatórios.

A medida provisória reconhece que esses juros compensatórios são para esta finalidade: compensar o lucro que o proprietário deixa de ter, explorando a sua propriedade.

É preciso reconhecer o seguinte: a propriedade que não alcança o grau de produtividade fixado em lei, nem por isso deixa de produzir, embora haja aquela que nada produz.



Por isso, o § 2º aduz: a que não produz nada, não dará ao proprietário o direito de ser contemplado com parcela alguma a esse título.

Se a propriedade vem, há anos, sem nada produzir, sem haver lucro algum, é claro que não dá lucro a ser compensado. Estou certo disso.

Mas, se é verdade que os juros compensatórios são para compensar o lucro da propriedade, é claro que esse integra a indenização, ou seja, tem de integrar o justo preço, a justa indenização.

Se é assim, o legislador não pode dizer que esses juros compensatórios ficam reduzidos a cinco por cento. Não se pode tarifar, porque isso é uma realidade do mundo concreto, do mundo das coisas; não se pode tarifar em seis por cento, nem em cinco por cento, nem em dois por cento, e vou mais, nem em doze por cento, como a súmula fez. Não pode. Mas a súmula tarifou, houve concordância geral, ninguém jamais veio argüir a sua inconstitucionalidade. Se alguém demonstrasse que a propriedade dá um lucro muito maior do que doze por cento ao ano, não hesitaria em dizer que a súmula também fere a Constituição.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Isso, pelo menos, me tira um peso da consciência, pois significa que não estou sendo tão revolucionário a ponto de colcar de lado a súmula. Apenas

47

disse que ela fixou essa taxa por achá-la razoável, e o problema aqui é de razoabilidade em face das circunstâncias econômicas da época.

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO - Neste momento, vem uma medida provisória, que já é provisória, já põe em risco o direito do expropriado, e diz que os juros compensatórios são, apenas, de seis, ou cinco, ou quatro por cento. Essas medidas provisórias são reeditadas até por cinco, seis, oito, dez anos. E o que acontece? Ao final desses oito anos de reedições, a medida provisória não é convertida em lei; volta ao **statu quo ante**. O expropriado recebeu só cinco por cento. Quem lhe pagará os outros sete por cento?

Se os juros compensatórios são para substituir o lucro da propriedade, obviamente possui a natureza das coisas, como há de afirmar V. Exa., não podendo ser limitados por lei, por ferirem a Constituição, onde está dito que há de haver justa indenização, querendo dizer que a indenização tem de compreender o valor da propriedade nua, com as suas benfeitorias, e ainda aquele lucro que estava dando ao seu proprietário, mal ou bem. Ela produz, e muitas vezes não atinge a plenitude por falta de financiamento etc. Já sabemos o que acontece no Brasil.

Agora, achar que esses juros são exorbitantes, levam a uma indenização equivalente a dois ou três milhões, a vinte e oito milhões, é um absurdo. Isso não decorre absolutamente da taxa


41

desses juros, mas do tempo que o Poder Público leva para cumprir a sua obrigação de indenizar.

Depois de fazer-se o cálculo do valor da desapropriação, começam a incidir correção monetária e juros, com muita justiça, pois a própria Constituição o exige. Há um erro crasso em se dizer: "uma propriedade que vale três milhões está sendo indenizada por quinze, vinte milhões. Como é que pode? Os vinte milhões dão para comprar três propriedades". É claro, porque, a partir do cálculo da indenização, o Poder Público, inadimplente, sustenta essa operação como se fosse uma operação financeira. Deixou de ser o valor da propriedade para ser uma aplicação financeira, correndo juros etc.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - V. Exa. considera inconstitucional, então, a demora. Nada tem a ver com juros? Porque, se fosse pago de imediato, seis por cento estaria bem.

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO - No caso da Sarandi, uma fazenda desapropriada no Rio Grande do Sul, lembro-me bem de haver uma parcela da indenização correspondente a lucros cessantes, ou seja, ao lucro da propriedade, que era muito acima dos doze por cento, e fui compelido, por força da súmula, a afastar os lucros cessantes e aplicar a súmula, e, com isso, a indenização caiu assustadoramente.



Senhor Presidente, o meu voto é pela inconstitucionalidade da norma; primeiramente porque a medida provisória não pode fixar indenização em termos provisórios, porque pode causar prejuízo de difícil reparação se não for convertida, depois de cinco, seis, oito anos. O expropriado já teve o prejuízo e não terá mais condições de recuperá-lo, pelo menos, em vida.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Vossa Excelência admitiria a constitucionalidade se se tivesse a expressão "de até doze por cento", que seria o limite constitucional quanto aos juros reais compensatórios?

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO - Neste momento, não. Se eu julgasse, aqui, como Relator de algum processo, eu aplicaria os doze. Mas, na hora de enfrentar o problema dos doze, julgaria inconstitucional, porque pode ser que haja um lucro cessante de vinte por cento. Ninguém trabalha, plantando soja etc., para ganhar doze por cento ao ano. Ouvi, aqui, afirmações de que esse juro é exorbitante. Essas pessoas que assim afirmam...

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Data venia, não. Eu não disse que era exorbitante. Eu disse que, naquela época, devia ser até baixo, mas, hoje, não.

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO - Eu não disse que foi V.Exa. Mas essas pessoas que assim afirmam não percebem, por exemplo, que, parcelando o imposto de renda, não pagam um por cento



aos meses para o Governo. Fui compelido a pagar tudo de uma vez devido aos juros exorbitantes, cobrados muito acima de doze por cento ao ano. As pessoas não avaliam o que acontece no sistema financeiro da habitação, em que se paga um valor do imóvel e, no final, quando se calcula tudo o que se pagou, ainda falta pagar muito mais. E, assim, não acaba nunca. Isso é um fenômeno.

O Sr. Ministro CARLOS VELLOSO - E o cheque especial que está em cento e cinquenta e três por cento ao ano?

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - É porque não declaramos inconstitucional a Lei nº 4.595, que estabelece que o Conselho Monetário pode fixar as datas para o sistema financeiro.

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO - Senhor Presidente, primeiro, porque não se pode, no meu entender, por medida provisória, limitar isso, o que ocasionará esses prejuízos; tem de ser alguma coisa definitiva. Portanto, julgo inconstitucional, pois fere o princípio da proporcionalidade. É uma medida exagerada para os efeitos que se pretende obter. Por fim, obviamente, essa limitação fere o princípio da justa indenização, que é constitucional.

Por essas razões, concedo a cautelar.

* * * * *

ismr



05/09/2001
PLENO


TRIBUNAL

MED. CAUT. EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.332-2
DISTRITO FEDERAL

V O T O

(S/ ART. 15-A DO DECRETO-LEI 3.365)

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Por isso mesmo o Supremo Tribunal Federal, antes, quando havia as mesmas circunstâncias econômicas de agora, considerava, com base no mesmo dispositivo, que os juros de seis por cento não feriam o justo preço. Quando veio, porém, a inflação, passou para doze por cento, citando o Código Civil.



Supremo Tribunal Federal

05/09/2001

TRIBUNAL PLENO

MED. CAUT. EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.332-2 DISTRITO FEDERAL

V O T O

(MEDIDA LIMINAR)

(S/ ART. 15-A DO DECRETO-LEI n° 3.365)

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Sr. Presidente, creio que esta votação traz à Mesa uma grave questão institucional, que toca mesmo à autoridade do Supremo Tribunal Federal, como intérprete da Constituição.

Ouvi, com o maior interesse, as graves ponderações feitas pelo eminente Ministro-Relator e pelos que o seguiram. Há subsistência da Súmula n° 618, uma vez mudado o domínio normativo a que alude, à vista da relativa estabilização do valor da moeda que estamos vivendo. Tanto as ouvi com seriedade, que não me furtarei a examiná-las no julgamento definitivo que espero possa recair, já não mais numa medida provisória, mas numa lei votada, seja embora por acordo dos líderes, a quem se deu - pelo menos em termos definitivos - o poder de legislar no País.

Sempre, por isso mesmo - já o expressei ao Tribunal -, preocupa-me a rigidez de certas afirmações sobre as nossas declarações constitucionais, em face da mudança das situações de fato que podem levar, mesmo, a interpretação diretamente constitucional a tornar-se inconstitucional.



Supremo Tribunal Federal

ADI 2.332-MC / DF

Mas, Sr. Presidente, nada disso está em causa, a meu ver e com todas as vênias dos que pensam em contrário.

Estamos a examinar um pedido de medida cautelar de uma medida provisória que fixa em até seis por cento ao ano, a taxa dos juros compensatórios na desapropriação. Há uma súmula da jurisprudência deste Tribunal, a Súmula nº 618, contraditada de frente pelo edito provisório. Nela se lê que:

"Na desapropriação, direta ou indireta, a taxa dos juros compensatórios é de 12% (doze por cento) ao ano."

Esta Súmula, mal ou bem, foi extraída da garantia constitucional da justa indenização, corolário da garantia constitucional da propriedade privada. A referência nela contida ao artigo 1.063 do Código Civil, evidentemente, está posta para dizer que se considerou a disposição em contrário do Código Civil, que fixa a taxa legal de juros em seis por cento ao ano, mas, que à vista do princípio da justa indenização, a jurisprudência sumulada arbitrou em doze por cento. Só assim se explica que se inclua, nas referências da Súmula, um dispositivo legal que diz o contrário do que nela se consolidou.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES. (RELATOR) - V.Exa. há de convir que seria o cúmulo da exegese fantástica alegar-se o Código Civil, que não trata disso, para explicar-se a mudança de orientação de seis para doze por cento igualmente em matéria de desapropriação.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Ministro, não votei a Súmula.



Supremo Tribunal Federal

ADI 2.332-MC / DF

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Então, pelo menos vamos dar uma exegese razoável. Não tem sentido dizer-se que o artigo do Código Civil não se aplicava, quando o próprio Supremo, em outra época, entendia que se aplicava.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Então, a Súmula veio para dizer que aplicou o artigo 1.063, que fixa a taxa legal em seis por cento, para assentar que a taxa não é 6, mas de 12%?

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Não, apenas para dizer a razão por que haviam fixado antes.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Por quê? Ha outra referência da súmula, que é o princípio da justa indenização.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Mas, veja V.Exa. que bastaria isso e não tinha sentido algum, não fora o fato de que mudaram as circunstâncias econômicas.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Não tinham a referência da Súmula, Excelência. É óbvio, o único sentido da remissão ao Código Civil é para explicar que ele foi levado em conta e, não obstante, se abandonou a taxa legal nele prescrita, em se tratando de desapropriação, em homenagem ao princípio constitucional da justa indenização.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Por quê? Porque ele, na véspera, declarava que seis por cento era a taxa, e, assim, no dia seguinte, para multiplicar por dois, explicou que antes seguirá o Código Civil, para demonstrar que, na época do Código, quando havia estabilidade econômica, seis por cento



Supremo Tribunal Federal

ADI 2.332-MC / DF

bastavam, mas depois não. É preciso, pelo menos, dar uma exegese razoável.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Sr. Presidente, há uma súmula e, em nome desta, temos julgado recursos extraordinários.

Para ficar na referência que tenho à mão, lembro, com a honra de ter sido acompanhado por todos os meus eminentes Colegas da Primeira Turma, o RE 106.383, de 30 de maio de 2000, publicado no Diário da Justiça, de 04 de agosto de 2000, no qual afirmei peremptoriamente, que, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal, a taxa de doze por cento dos juros compensatórios na desapropriação decorre da Constituição, do princípio da justa indenização, pois não é matéria infraconstitucional, e, sim, matéria constitucional.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Tínhamos que segui-la, senão teríamos de revogá-la. Aqui é a lei. Não somos nós.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Volto ao início do meu voto: estamos examinando medida cautelar em ADIn contra uma medida provisória. Vamos dizer, nesse juízo cautelar, que a súmula que vimos aplicando aos jurisdicionados quotidianamente pode ser afastada, neste julgamento cautelar, por uma medida provisória?

Sr. Presidente, resta a possibilidade de uma lei, ou mesmo uma medida provisória, que possa levar o Tribunal a voltar a refletir sobre uma determinada jurisprudência constitucional sua. Mas não posso fazê-lo no exame de medida cautelar para dizer que a arguição que, em substância, funda-se na interpretação constitucional consolidada nesta Casa - e que temos aplicado aos



Supremo Tribunal Federal

ADI 2.332-MC / DF

cidadãos - não é relevante para suspender uma medida provisória em contrário.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Se fosse lei, poderia?

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Não, Excelência, não poderia.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Para que medida provisória? Então, só por emenda constitucional.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Ministro, acho que fui muito claro na frase anterior.

Sr. Presidente, já antecipei as razões do meu voto na discussão com que tive a indelicadeza de interromper o voto do eminente Ministro-Relator. E com essas achegas trazidas agora, realçando de novo o grave significado institucional que dou a este julgamento, peço vênica para deferir a cautelar.



05/09/2001

TRIBUNAL PLENO


**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 2.332-2 DISTRITO
FEDERAL (MEDIDA LIMINAR)**

VOTO

(S/ART. 15-A DO DECRETO-LEI N° 3.365)

O SR. MINISTRO SYDNEY SANCHES - Sr. Presidente, quando o Supremo Tribunal Federal fixou a orientação da Súmula n° 618, partiu do pressuposto de que não era razoável a fixação dos juros compensatórios em seis por cento, porque isso não atendia ao princípio da justa indenização, previsto já na Constituição da época. Manteve essa orientação, até hoje. E o princípio está presente na Constituição atual.

Não posso, em tais circunstâncias, deixar de considerar relevante a arguição da inicial, que casa com o princípio da Súmula, ainda não revogada. E ainda que, para argumentar, pudesse admitir o contrário, faço esta ponderação: enquanto os precatórios estiverem sendo descumpridos, anos a fio, como vem acontecendo até agora, em inúmeros Estados, enquanto não for decretada intervenção federal para se coibirem esses abusos, prefiro manter a orientação da Súmula (juros compensatórios de 12%, ao ano) e, com isso, acolher o pedido de cautelar, com a devida vênia do eminente Ministro-Relator.



05/09/2001

TRIBUNAL PLENO

MED. CAUT. EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.332-2 DISTRITO FEDERAL

VOTO

(S/ ART 15-A DO DECRETO-LEI Nº 3.365)

O SENHOR MINISTRO MAURÍCIO CORRÊA: - Sr. Presidente, o pressuposto do voto do Ministro Moreira Alves é o de que a conjuntura do momento não é aquela que inspirou a elaboração da Súmula 618. Portanto, os doze por cento a que ela faz referência seriam exagerados, ao se considerar a realidade de hoje. Por isso mesmo chego à seguinte indagação: como podemos aferir que os juros compensatórios corretos são de seis por cento?



O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Pelo o que o próprio Supremo dizia antigamente, quando estávamos na mesma circunstância econômica atual. Portanto, tem de haver um parâmetro.

O SENHOR MINISTRO MAURÍCIO CORRÊA: - Trata-se de um pressuposto que, a meu ver, não pode ser examinado - embora reconheça, em seus argumentos, relevância -, senão em julgamento de mérito. É uma questão de altíssima importância. E, aí, a mim me parece, que há de prevalecer o que determina a Súmula 618, na desapropriação direta ou indireta, de que a taxa dos juros compensatórios é de doze por cento ao ano. Ora, para saber se hoje vivemos uma realidade que reclama os seis por cento e não os doze, é uma questão a ser examinada com mais cautela, mais prudência.

Entendo perfeitamente as razões sustentadas por S.Exa., sobretudo diante da clareza de seu voto. Não posso deixar de levar

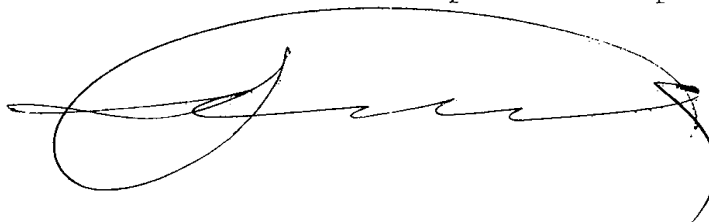


ADI 2.332-MC / DF

em consideração a argumentação trazida pelo Ministro Sepúlveda Pertence com relação à existência dessa Súmula.

Portanto, entendendo que há relevância na matéria, mas que há mais relevância ainda na predominância da Súmula, e assim sendo ficarei com ela, reservando-me para expender maiores considerações sobre a questão quando do julgamento final da ação.

Peço vênias a S.Exa. e também suspendo o dispositivo.



05/09/2001

TRIBUNAL PLENO

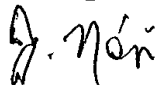
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 2.332-2 DISTRITO FEDERAL**V O T O**

(S/art. 15-A, do Decreto-lei nº 3.365)

O SR. MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA - Sr. Presidente. Neste juízo de cautelar, limito-me a reconhecer a relevância da arguição de inconstitucionalidade das expressões "de até seis por cento ao ano", em face da orientação do Supremo Tribunal Federal que se fixou na Súmula nº 618, a qual tem como base, em primeiro plano, o art. 153, § 22, da Emenda Constitucional nº 1, de 1969, a que corresponde a regra do art. 5º, XXIV, da Constituição em vigor.

A **quaestio juris** maior, em foco, é concernente à justa indenização no processo expropriatório, matéria que encontra, na tradição constitucional brasileira, constante acolhida. Reservo-me para, no julgamento final da demanda, examinar ainda os outros aspectos da arguição de inconstitucionalidade da regra ora impugnada.

Acompanho, assim, o voto do eminente Ministro Maurício Corrêa.



05/09/2001

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 2.332-2 DISTRITO FEDERAL

(MEDIDA LIMINAR)

V O T O

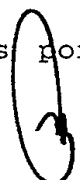
(SOBRE ARTIGO 15-A DO DECRETO-LEI Nº 3.365)

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) -

Alcançada a maioria suficiente, tenho, de qualquer maneira, voto sobre a matéria.

Vinha resistindo, quando na bancada, em relação à tese de ausência de auto-aplicabilidade do disposto no § 3º do artigo 192 da Constituição Federal, no que limita os juros reais a doze por cento. E, no voto que sempre juntei aos autos, digo que, hoje em dia, os juros estão vencendo o Brasil, isso no que levam a uma estagnação. E não são os juros de até seis por cento, doze por cento; são os juros exacerbados com os quais convivemos, como ressaltado em votos.


O artigo 15, "a", introduzido no Decreto-lei nº 3.365, que data de 21 de junho de 1941, pela medida provisória, acaba, de forma absoluta, por realçar, por indicar o que se tem como perda dos frutos do imóvel. E essa perda seria, numa ficção jurídica, equivalente a seis por cento. Comungo com o ministro Ilmar Galvão, quando Sua Excelência sustenta que os juros compensatórios dizem respeito a uma realidade, aos reais prejuízos sofridos por



aquele que perde a posse da propriedade, sem a satisfação do que a Carta da República pretende prévia, ou seja, a indenização.

Ora, não posso, ante essa premissa, entender legítima, constitucionalmente, a disposição que, em qualquer hipótese, acaba por limitar os juros compensatórios em seis por cento. Para mim, o fato de suprimir-se o vocábulo "até", o que geraria a impossibilidade de ter-se a fixação aquém dos seis por cento, não é capaz de tornar o preceito, como um todo, harmônico com a Carta da República.

Peço vênua ao nobre relator, ministro Moreira Alves, e aos ministros Celso de Mello, Nelson Jobim e Ellen Gracie, para acompanhar a maioria absoluta que se formou de seis votos, entendendo, portanto, neste primeiro exame, ser incompatível com a Carta da República a expressão "de até seis por cento ao ano" introduzida com a medida provisória.



05/09/2001

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 2.332-2 DISTRITO FEDERALV O T O

(S/ ART. 15-A, CAPUT)

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO - Senhor Presidente, os juros compensatórios, nas indenizações decorrentes de desapropriação, resultaram de uma construção pretoriana destinada a contemplar os lucros cessantes. Tanto assim que convivem com os juros moratórios, quando se sabe que esses é que correspondem a perdas e danos, nas obrigações em dinheiro (art. 1.061 do Código Civil).

A desapropriação, na realidade, pode impor ao desapropriado um dano representado por aquilo que ele razoavelmente deixou de ganhar, em razão da imissão do Poder Público na posse do imóvel expropriado. Imperioso, pois, que se contemplem, na indenização, que há de ser justa, na conformidade da Constituição, esses lucros cessantes, o que a jurisprudência deliberou compensar com a atribuição de juros compensatórios de 12% a.a. Na verdade, seria negar validade à garantia constitucional do justo pagamento, não fossem os lucros cessantes incluídos na indenização devida ao expropriado.

Tais juros, por isso mesmo, são contados a partir da imissão na posse (Súmula 162), mesmo nas chamadas desapropriações



indiretas, conforme decidido pelo STF no RE 49.934, a partir de quando predominou a orientação de que, também nas desapropriações indiretas, os juros compensatórios são computados a partir da ocupação do imóvel pelo Poder Público, com o que, a rigor, ficou revogada a Súmula 345, que mandava contar os juros a partir do laudo nas expropriatórias indiretas, o que somente poderia explicar-se pela inclusão, no valor da indenização, dos lucros cessantes (cf. voto do Min. Victor Nunes Leal, no RE 48.597).

Se assim é, se os juros compensatórios constituem parcela da indenização, obviamente a norma jurídica ordinária não poderá reduzir a sua taxa à metade, como fez a medida provisória em causa, sem ofensa frontal ao dispositivo do art. 184 da Constituição, que prevê justa indenização na desapropriação do imóvel rural.

O que, na verdade, parece exagerado, na Súmula 164, é a previsão de juros compensatórios, indiscriminadamente, na desapropriação de imóveis produtivos e improdutivos, parecendo fora de dúvida que não caberiam eles na segunda hipótese.

A medida provisória sob enfoque parece também fundar-se na convicção de que os juros compensatórios correspondem aos lucros cessantes, tanto assim que, no § 2.º do art. 15-A, dispõe serem eles totalmente descabidos na hipótese de ser o imóvel absolutamente improdutivo, com o que me ponho, de logo, de pleno acordo.



Meu voto, portanto, quanto ao art. 15-A, **caput**, pelos fundamentos expostos, é pelo deferimento da cautelar.

* * * * *

A handwritten signature, possibly of a judge, is written in the right margin of the page. It consists of a series of fluid, connected strokes.

05/09/2001

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 2.332-2 DISTRITO FEDERAL

(MEDIDA LIMINAR)

V O T O


(SOBRE O ARTIGO 15-A, CAPUT)

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Peço vênua à maioria para acompanhar o ministro Ilmar Galvão, até mesmo para manter a coerência quanto ao que disse relativamente à expressão "de até seis por cento ao ano".

Entendo que os juros compensatórios dizem respeito ao imóvel, tal como apanhado pelo ato desapropriatório, aos frutos desse bem, e não estão os lucros cessantes - como Sua Excelência rotulou - vinculados a uma indenização substitutiva, tarifada, que será discutida no curso da ação.

A premissa de meu voto é a de que a base de incidência não pode levar em conta dado apenas colocado no mundo formal, que é a avaliação. Deve-se sopesar aquilo que substituirá o imóvel nas qualidades que este possui, entre as quais aquela ligada aos frutos.

Por isso, entendo inconstitucional o dispositivo.



05/09/2001

TRIBUNAL PLENO

MED. CAUT. EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.332-2 DISTRITO
FEDERAL

À revisão de apartes dos Srs. Ministros
Marco Aurélio (Presidente), Moreira Alves (Relator), Ilmar Galvão e
Ellen Gracie.

V O T O

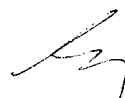
(MEDIDA LIMINAR)

(S/ §§ 1º e 2º DO ART. 15, "a")

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO - Senhor Presidente,
folgo em saber que o Governo reconheceu que esses juros
compensatórios são devidos nos casos das propriedades produtivas,
produtivas não naquele conceito constitucional, mas as propriedades
que estão dando lucro. Essa parcela compõe a indenização, sem dúvida
alguma. Não importa que não seja ato ilícito, mas, se é justa, tem
de ser até um maior valor a do ato ilícito. Justa no sentido amplo,
completo.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - É a
mais satisfatória possível.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Por causa
do ato ilícito, vai ter de recompor o patrimônio.



ADI 2.332-MC / DF

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO - Não é recompor o patrimônio; a pessoa é despojada do que é seu e fica sem o bem e sem o dinheiro por anos a fio. Ela perde a propriedade. Conheço casos de fazendeiros, pecuaristas que, aos 65, 66 anos, perdem a propriedade que foi de seus pais, de seus avós. De repente, ficam sem a propriedade, sem o dinheiro, que só receberão anos depois, sem emprego, sem meio de vida, porque não sabem fazer outra coisa senão lidar com o gado. A situação não é muito simples.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Sr. Ministro, eles perdem justamente porque a propriedade é tida como improdutiva.

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO - Improdutiva, mas, às vezes, porque lhe falta um por cento para atingir o nível de cem por cento de produtiva. Ela não é produtiva porque ele não teve condição de investir para produzir mais. Só isso.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Então, deveria ser inconstitucional a desapropriação.

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO - Eu já estou do lado de V.Exa. quanto a essa questão de desapropriação. Não se pode despojar ninguém sem razão alguma, muito menos, sem a indenização completa.

Por isso, Senhor Presidente, considero constitucionais os dois parágrafos. O último, porque, se não der lucro, não tem de

ADI 2.332-MC / DF

compensar nada. E o segundo é a definição do que são os juros compensatórios.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - O que são lucros cessantes? No momento em que o indivíduo perde a posse, o que acontece? Ele poderia, até mais tarde, alugar, arrendar. Então, em lucro cessante, tudo isso teria de ser levado em consideração se se tratasse realmente de responsabilidade por ato ilícito absoluto.

A SR^a MINISTRA ELLEN GRACIE - É o potencial de rentabilidade.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - É claro. É o potencial que se pode extrair daquilo de que o indivíduo está impedido.

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO - Isso é um lucro potencial para frente. E o lucro que já vinha produzindo? Esse tem de ser avaliado de alguma maneira. É claro que não é contar duzentos anos para trás tudo o que se produziu e indenizar. Não, não é isso. A técnica de avaliação ensina: tomam-se tantos meses, tantos anos e se fixa a indenização do lucro. Dá-se um valor para o lucro cessante porque este é avaliável. Quem disse que não o é?

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - É avaliável justamente por presunções. E aqui se referia ao indivíduo que disse ter essa disponibilidade para alugar e ter o rendimento de

ADI 2.332-MC / DF

certa quantia. O que ia fazer o perito? Verificar se aquela área podia ser arrendada e qual o preço do arrendamento.

Se assim entendermos, temos que considerar que isso é ato ilícito: a responsabilidade é por dano e este abarca o dano emergente e o lucro cessante.

* * * * *

Supremo Tribunal Federal

05/09/2001

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 2.332-2 DISTRITO FEDERALV O T O

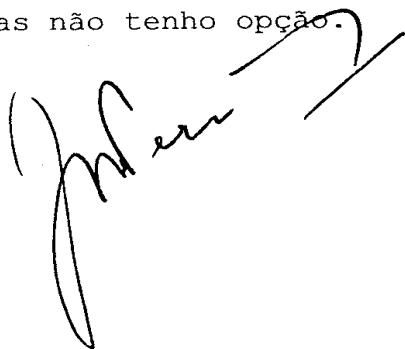
(MEDIDA LIMINAR)

(S/ §§ 1º E 2º DO ART. 15, "a")

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Sr. Presidente, as premissas do eminente Relator, com as quais, no ponto, estou de acordo, levam necessariamente a ter por altamente plausível a arguição de inconstitucionalidade, na medida em que se parta de que os juros compensatórios remuneraram o capital, desde a perda da posse, e não o bem e a posse do bem, cujas perdas são conseqüências lícitas da expropriação.

Confesso que suspendo o § 2º com uma certa dor no coração, mas não tenho opção.

CR/



Supremo Tribunal Federal

05/09/2001

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 2.332-2 DISTRITO FEDERAL

(MEDIDA LIMINAR)

V O T O

(SOBRE §§ 1º E 2º DO ARTIGO 15, "a")

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Peço vênica à ilustrada maioria para acompanhar, numa linha também de coerência, o ministro Ilmar Galvão.

Entendo que não se pode compensar alguém com o que, de qualquer forma, o depósito realizado rende, os acessórios. Portanto, quanto ao depósito em si, base de incidência dos juros, já se tem o acessório adequado. Tal qual o ministro Sepúlveda Pertence, vislumbro, no § 2º do art. 15-A do Decreto-lei nº 3.365/41, uma finalidade social agasalhada pela Carta da República quanto à destinação da propriedade:

§ 2º - Não serão devidos juros compensatórios quando o imóvel possuir graus de utilização da terra e de eficiência na exploração iguais a zero.

Aí não há o que compensar.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Sr. Ministro, solidário, **ex corde**, com as premissas de V. Exª, não posso converter a Constituição que se fez - sobretudo em matéria de propriedade rural, já o disse, em termos que constituem o retrocesso sobre a

*Supremo Tribunal Federal***ADI 2.332-2 DF**

legislação anterior - naquela que eu desejaria. Basta notar que, para a Constituição, a propriedade produtiva é sempre inexpropriável. E a propriedade de produtividade zero - malgrado o descumprimento da função social - é expropriável, mediante justa indenização do valor que tenha. Estaria de acordo com V. Ex^a numa discussão constituinte: a indenização há de substituir aquele bem - ainda inútil para ele - que o imóvel tenha. É a propriedade improdutiva "a mais não poder".



05/09/2001

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 2.332-2 DISTRITO FEDERAL

À revisão de aparte do Sr. Ministro Marco Aurélio (Presidente).

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.332

(MEDIDA LIMINAR)


VOTO

(S/ § 4º DO ART. 15, "a")

O SR. MINISTRO ILMAR GALVÃO - Senhor Presidente, peço vênica ao eminente Ministro-Relator para divergir, entendendo que juros compensatórios relativos a um período de tempo anterior àquele em que o imóvel expropriado esteve na administração, no poder do expropriado, não hão de ser considerados para efeito de indenização.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Ministro, veja o problema da cessão de direitos. Haverá um esvaziamento.

O SR. MINISTRO ILMAR GALVÃO - Sim, mas se for uma aquisição recente. Admito até que, havendo essa aquisição, se alguém pagou por um imóvel produtivo um valor que leva em conta a capacidade de produzir, eu diria que é de direito, mas, geralmente, no caso desses imóveis, o especulador compra para que seja expropriado.



Então, repito, fico com a redação no sentido de que os juros compensatórios relativos ao período anterior, em que o expropriado esteve na posse do imóvel, não são considerados para efeito de indenização.

Estou de acordo com a norma e, portanto, indefiro a liminar.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized, cursive letter 'A' or similar shape.

####

05/09/2001

TRIBUNAL PLENO

MED. CAUT. EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.332-2 DISTRITO FEDERALV O T O

(MEDIDA LIMINAR)

(S/S 1º DO ART. 27)

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Sr. Presidente, considero que a lei pode, assim como fixou para sentenças condenatórias em geral, entre dez e vinte por cento da condenação, fixar o limite de cinco por cento do valor da condenação. O que me parece desarrazoado é o valor absoluto estabelecido na parte final de 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais).

Na verdade, isso ocorre na maioria das desapropriações, o advogado efetivamente trabalha pelos honorários de sucumbência. É absolutamente excepcional que haja **pró-labore** e a fixação de honorários maiores do que aqueles que vierem a ser objeto da condenação na sucumbência. Esse valor absoluto de R\$151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais) - e não consola nada dizer que é maior do que a remuneração anual do Ministro do Supremo - permita-se-me esta consideração econômica com base na realidade - vai resultar na existência de um contrato diverso e, aqui, o expropriado vai extrair da sua indenização o complemento dos honorários de advogado. Nenhum advogado que se preze aceitará o patrocínio de determinadas ações de desapropriação com o valor máximo dos honorários fixados de R\$151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais).



Vimos outro dia o depoimento pessoal do Sr. Ministro Nelson Jobim, que denomina determinado preceito da Constituição Federal, ou pelo menos das Disposições Transitórias, pelo nome do advogado, eminente ex-integrante desta Casa. Pergunto se teria assumido aquela causa, se - "à forfait" - os honorários da desapropriação das ações da Paulista estivessem limitados a R\$151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais).

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - V.Exa. considera desarrazoado?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - O valor passa a sair da justa indenização. Contraria aquela premissa segundo a qual quem é compelido a ir ao Judiciário defender direito próprio não deve sofrer diminuição patrimonial. E sofrerá. Aí está o problema.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Em última análise, refletirá sobre uma indenização que não costuma ser causa de grande complexidade do trabalho, embora de demoradíssimos resultados...

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Quase nenhuma complexidade.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Nem sempre, Excelência.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Raramente, Ministro.



O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Creio que não há risco em tirar-se o limite, porque...

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - O simples grau de irritação, a cada recurso que o Estado costuma opor em processo de desapropriação, já merece uma compensação, que mais não seja para a compra de calmantes.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - E o juiz, então, deveria ganhar cinquenta vezes esse valor. Se V.Exa. considerar desarrazoado, estará partindo do princípio pelo qual se diz que desarrazoado é tudo que não agrada a Suprema Corte americana.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Os honorários podem ser de meio por cento, se o valor for absoluto, porque está limitado a cinco por cento.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Mas meio por cento de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) não é um valor inusitado; é mais do que isso.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Ministro Moreira Alves, a base de incidência aqui é a diferença entre o valor ofertado pelo poder desapropriante e o fixado em sentença.



O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Mas veja, que, por isso mesmo, o valor é altíssimo. Se é só essa diferença, para dar R\$ 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais)...

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Porque ofertam pouco. O caso figurado pelo ministro Sydney Sanches é exceção raríssima.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - A taxa de uma desapropriação que haja atormentado um advogado durante vinte anos será menor que os emolumentos do registro no Cartório.

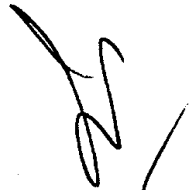
O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Já concedi liminar nesta Corte para afastar a exigência de uma taxa no valor de cerca de R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais).

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - V.Exa sabe que uma desapropriação que demora vinte anos às vezes não dá nem os R\$ 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais).

O SR. MINISTRO CARLOS VELLOSO - Este é o ponto.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - É tão desarrazoada quanto à taxa judiciária sem limite.

O SR. MINISTRO CARLOS VELLOSO - E, veja, está-se introduzindo uma regra salutar: meio a cinco por cento.



O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Apenas porque há o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário.

O SR. MINISTRO CARLOS VELLOSO - O magistrado vai fixar com observância do piso e do teto.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Confesso que não vejo desarrazoabilidade. Nos Estados Unidos, país capitalista, ninguém pensou que seria um absurdo o advogado não ser sócio da parte. Tanto que lá se paga por minuto, por hora, porque não se admite que haja participação. Aqui, não. Agora, considerar isso inconstitucional, porque a lei não pode estabelecê-lo, *data venia*, parece-me um absurdo.

O Sr. Ministro CARLOS VELLOSO: - Sr. Ministro, em vários Estados norte-americanos há sucumbência recursal. A parte que perde o recurso paga os honorários do advogado da parte que ganhou o recurso. Quer dizer, há mais de uma sucumbência.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Eu sei, Ministro, mas não fica para o advogado. Isso não é honorário dele. Isso é valor da parte, e está certo. Errado é considerar justamente que o advogado passa a ser sócio com direito próprio, porque ele vira sócio e ainda tem direito próprio até mesmo diminuindo o preço justo da indenização. O que me parece correto é dizer que isso é um absurdo porque cento e cinquenta e um mil reais é uma quantia ínfima.

Será desarrazoado também dizer que a Fazenda, vencida, tem que ter um tratamento diferente?

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Está dado pelo limite de cinco por cento.



Supremo Tribunal Federal

05/09/2001

TRIBUNAL PLENO

MED. CAUT. EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.332-2 DISTRITO FEDERAL**V O T O**
(S/ § 1º DO ART. 27)

A Senhora Ministra Ellen Gracie - : Sr. Presidente, também exerci a advocacia durante algum tempo e confesso a V.Exa. e aos demais Ministros que, àquela época, já se utilizava, no escritório onde eu trabalhava, o sistema de cobrança por hora. Trabalhava-se e ganhava-se de acordo com o trabalho realizado. E não era pouco. O sistema norte-americano lembrado pelo Ministro Moreira Alves é bom tanto para o jurisdicionado, para a parte que procura o advogado, pois remunera exatamente aquele serviço que lhe é prestado, quanto para o profissional. Muitas vezes os advogados dedicam-se durante horas a questões e causas judiciais que não têm uma repercussão econômica muito significativa. De modo que a cobrança proporcional ao valor da causa muitas vezes é desvantajosa para o profissional do direito.

Não tenho dúvida em acompanhar o Sr. Ministro-Relator quando admite até mesmo a limitação de cento e cinquenta e um mil reais para o valor total dos honorários advocatícios. Não os considero desarrazoados nem ínfimos, mais ainda porque se sabe, da prática, que, embora não devesse ser assim, de regra, as contratações de honorários advocatícios já pressupõem uma parcela a ser paga pelo cliente, no caso, o expropriado. Diminui, é verdade, o valor que deveria corresponder ao justo preço da indenização, mas essa é a praxe em todos os contratos de honorários advocatícios.



O Senhor Ministro Sepúlveda Pertence — Em outras causas não sei. Na expropriação...

O Senhor Ministro Moreira Alves (Relator) — V. Exa. teve a ventura de trabalhar num grande escritório, e os honorários deviam ser astronômicos. Para quem não teve essa felicidade, como a maioria dos advogados não tem, o problema é diferente. Considerar isso desarrazoado me parece altamente delicado, porque senão

Supremo Tribunal Federal

ADI 2.332-MC / DF

vamos perguntar o que não é desarrazoado. Estabelecer cinco, dez, vinte por cento pode-se dizer que é desarrazoado; devia ser cinquenta, cem por cento, porque o trabalho, às vezes, é maior que o valor da causa.

O Senhor Ministro Moreira Alves (Relator) – Com a devida vênia, V. Exa. está fazendo uma ligeira confusão. Essa remissão se faz por estabelecer uma escala de valores de meio a cinco por cento. De modo que, para essa escala de percentagem, de alíquota, há a necessidade de fazer essa alusão para o juiz ter parâmetros e saber se vai dar meio, um, dois, três, quatro ou cinco por cento, conforme, obviamente, o trabalho, o zelo, as dificuldades da causa.

Isso não tem relação com o problema do limite, porque este não diz respeito às alíquotas. Para saber qual a alíquota, há essa remissão que está bem feita.

O Senhor Ministro Sepúlveda Pertence - Apesar de tudo isso, não pode passar de cento e cinquenta mil reais.

O Senhor Ministro Moreira Alves (Relator) – Mas é claro. Qual é a desarrazoabilidade?

O Senhor Ministro Sepúlveda Pertence — É agredir a realidade...

O Senhor Ministro Moreira Alves (Relator) – Daqui a pouco vai-se dizer que é direito fundamental do advogado ganhar percentual, independentemente de haver limitação.

A Senhora Ministra Ellen Gracie – Acompanho o Sr. Ministro-Relator.



05/09/2001

TRIBUNAL PLENO

MED. CAUT. EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.332-2 DISTRITO FEDERAL

À revisão de aparte do Sr. Ministro Moreira Alves

(RELATOR)

V O T O

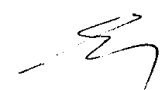
(S/ § 1º DO ART. 27)

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO - Senhor Presidente, gostaria de fazer duas observações: primeiro, o Senhor Ministro Moreira Alves não perde por esperar. Dentro de pouco tempo, se quiser, vai receber, por um simples parecer, essa quantia que está achando tão exagerada. Só se ele quiser; pelo que ouço, é o que se paga por parecer.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Em primeiro lugar, os honorários para parecer são fixados convencionalmente.

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO - Sim, mas um parecer feito em casa, no seu gabinete.

Também não se pode comparar com honorários de um advogado que vai acompanhar essa ação por anos a fio, percorrendo cartório, indo atrás de perito e de oficial de justiça, nessa luta



incessante, até chegar ao final da ação. Essa é a primeira observação.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Sim, mas, afinal, ele ganha cinquenta mil reais porque o valor da causa foi baixo e ele, como bom advogado, se esfalfou de trabalhar. Numa causa de cinquenta mil reais, ganhou vinte por cento, e isso é o que vemos todos os dias.

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO - A segunda observação: essa ação expropriatória é muito interessante, porque o autor é o condenado. Ele entra com a ação desapropriatória e a sentença é contra ele. É uma ação diferente. O Professor Frederico Marques, em um trabalho não editado, diz ser uma daquelas ações executivas do Código de Processo Civil anterior, como era a ação renovatória. Ela é dúplice: a pessoa entra com a ação e recebe a condenação, e a sentença é contrária. Por isso essa dificuldade.

Nunca condenei a Fazenda nas ações, porque não é uma ação condenatória, mas declaratória do valor da indenização. Sempre declarei no final: a ação é procedente, está feita a desapropriação, e o valor da indenização é tanto; sem condenação porque, na verdade, não se pode condenar o autor a pagar; condena-se o réu.

Senhor Presidente, vou pedir vênias ao eminente Ministro Moreira Alves para discordar do seu voto, mas por outro fundamento. Tenho assentado, no Plenário, já reiteradas vezes, o entendimento de

ADI 2.332-MC / DF

que não se altera o Código de Processo Civil provisoriamente. Há reforma da reforma, feita recentemente; tudo isso feito de uma maneira precipitada etc. Reforma-se o Código de Processo Civil por meio de medida provisória, e, depois, esta não é transformada em lei,... O advogado só recebeu cento e cinquenta, já transitou em julgado, quem vai pagar a diferença depois? Ele vai pedir a um juiz numa ação própria? Ele pediria que o juiz declarasse quais os honorários a que ele teria direito? Por essa razão, pela impossibilidade de se alterar o Código de Processo Civil por meio de medida provisória ...

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Todas as normas de processo, em medida provisória, serão inconstitucionais.

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO - Quando acarreta o risco de prejuízo irreparável, que é o caso.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - O risco é óbvio e ocorrerá sempre.

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO - Entendo que a medida provisória não veio para isso. Lembro-me de que, quando chegou a nova Constituição, um dos nossos eminentes Colegas, no STJ, declarou, com acerto, que só poderíamos aceitar a medida provisória para coisas definitivas, não para alterações provisórias.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - V.Exa. nunca levantou a inconstitucionalidade de aumento de tributo por medida

provisória. Pode acontecer o trânsito em julgado contra o contribuinte e, depois, não se converter a medida provisória em lei.

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO - Mas, aí, o dano não é irreparável, porque, se eu pagar mais do que devo, vou buscar e posso compensar; não é irreparável.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Mas como? Compensar como? Transitou em julgado que ele tem de pagar...

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO - Em outros...

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Absolutamente. Se transitou em julgado que ele devia, não há compensação alguma.

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO - Na qualidade de juiz, darei a compensação, tranqüilamente, porque a lei não é mais lei, a medida provisória já não tem valor algum, paguei mais por causa dela — essa questão de coisa julgada por cálculo etc. Mas alterar o art. 20, § 4º, que dá direito, inclusive, à Fazenda entrar no STJ, alegando ofensa à lei em recurso especial, porque o juiz fixou honorários acima, sem obediência aos critérios desse parágrafo, parece-me um exagero.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Data venia, isso sem questão de direito, e, sem esta, não há margem para recurso especial. E se é questão de fato?

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO - Mas não foi eqüitativa. O STJ está agora reduzindo até indenização por dano moral, e os

ADI 2.332-MC / DF

jornais, hoje, noticiaram que uma indenização de cento e oitenta milhões de reais foi reduzida a vinte mil.

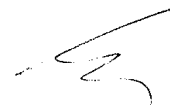
O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - E V.Exa. ficou admirado. Se isso fosse normal, não haveria admiração alguma, nem se precisaria encontrar essa razão.

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO - Senhor Presidente, não fico admirado. Como vai ficar esse advogado, que atuou no processo, só recebeu cento e cinquenta mil da Fazenda, e, de repente, por nada mais valer a norma, porque a medida provisória foi desprezada pelo Congresso? Quem irá compensá-lo?

Suspendo todo o dispositivo, por essa razão.

* * * * *

ismr



05/09/2001

TRIBUNAL PLENO

MED. CAUT. EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.332-2 DISTRITO FEDERAL

V O T O

(S/ § 1º DO ART. 27)

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO**: Sr. Presidente, peço licença ao Sr. Ministro-Relator para divergir, em parte, do seu douto voto. É que a limitação imposta, R\$ 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais), não pode prevalecer, porque constitui arbitramento, para um certo tipo de processo, que viola o princípio da igualdade. Ademais, é desarrazoado esse arbitramento.

O Sr. Ministro **MOREIRA ALVES** (Relator) - Qual é o princípio da igualdade, se o Estado apenas esclarece?

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO** - Sr. Ministro, nas demais ações de indenização, isso não ocorrerá.

O Sr. Ministro **MOREIRA ALVES** (Relator) - Porque se trata de desapropriação, e, conseqüentemente, há o interesse público.



mu O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO** - Entendo que a reforma agrária, no Brasil, é prioritária. Já nos anos 60, o Presidente Kennedy recomendava a reforma agrária para a América Latina. Todavia, essa reforma agrária deve ser feita com observância da ordem jurídico-constitucional, sem quaisquer privilégios.

O Sr. Ministro **MOREIRA ALVES** (Relator) - Qual é o princípio? E é desarrazoado por quê? Porque o advogado tem de ser sócio da parte?

mu O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO** - Felizmente, o constituinte de 88 trouxe para o constitucionalismo brasileiro este instituto salutar, produto da construção da Suprema Corte norte-americana, o devido processo legal substantivo (C.F., art. 5º, LIV). Ora, é desarrazoado estabelecer somente para um tipo de processo um certo arbitramento, um certo limite, uma certa importância, que não remunera, satisfatoriamente, o trabalho do advogado numa grande desapropriação, numa desapropriação complexa, demorada.

Fui advogado durante curto espaço de tempo, mas, como juiz, desde o 1º grau, posso testemunhar como os advogados trabalham arduamente nesses processos. São inúmeros os recursos e, depois que

acaba a demanda, vai-se para o precatório, precatórios, parcelamentos e um rol de dificuldades.

O Sr. Ministro **SEPÚLVEDA PERTENCE** - Sr. Ministro Moreira Alves, estou com vontade de fazer uma caixa de assistência. V.Exa. está considerando como se o valor da hora, no sistema "time sheet" fosse tabelado. Ele varia conforme o advogado.

O Sr. Ministro **MOREIRA ALVES** (Relator) - Claro, porque se estabelece que há um valor por minuto ou por hora. Pode ser que tendo pouco tempo, o advogado ganhe menos do que se for sócio; se tem de ser sócio, necessariamente, não é um acinte, uma humilhação que o advogado receba no máximo R\$151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais), que corresponde a mil salários mínimos.

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO** - Penso que o piso e o teto estabelecidos no mesmo dispositivo legal, meio até 5 por cento, a critério do juiz, com observância do disposto no § 4º, em que o grau de zelo será observado, enfim, a relevância do trabalho, dos temas discutidos, é satisfatório.



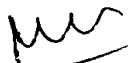
O Sr. Ministro **MOREIRA ALVES** (Relator) - Remete ao § 3º justamente para saber qual é a alíquota; para saber se é meio, um, dois por cento. É só para isso.

A Sra. Ministra **ELLEN GRACIE** - Apenas um pequeno aparte para considerar que, estatisticamente, poucas desapropriações excederão o limite de R\$ 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais).

O Sr. Ministro **ILMAR GALVÃO** - Vários Advogados já morreram, os filhos assumiram essa causa e, agora, já está nas mãos dos netos.

O Sr. Ministro **MOREIRA ALVES** (Relator) - Isso decorre da morosidade do Poder Judiciário pelo excesso de trabalho. Daí demorar vinte, trinta anos. É outro aspecto a ser considerado. Não é possível, como no nosso caso, uma Suprema Corte receber noventa a cem mil processos por ano, e ninguém se preocupar com esse fato.

O Sr. Ministro **SEPÚLVEDA PERTENCE** - Morosidade que é cuidadosamente explorada pelo Estado para retardar o julgamento dos processos desapropriatórios.



O Sr. Ministro **MOREIRA ALVES** (Relator) - Não, Sr. Ministro. V. Exa. tem reconhecido que, hoje, se fizer um levantamento dos recursos do INSS, noventa e cinco por cento deles são providos, porque os advogados da União podem desistir quando já se firmou a jurisprudência do Tribunal contra a sua pretensão.

O Sr. Ministro **SEPÚLVEDA PERTENCE** - Tenho dado esse testemunho em auditórios excepcionalmente agressivos contra o velho abuso de recursos protelatórios das entidades estatais. Quanto à União, é certo que o panorama mudou...

O Sr. Ministro **MOREIRA ALVES** (Relator) - Isso era no passado, não hoje. V. Exa. tem dado ganho de causa ao INSS inúmeras vezes.

O Sr. Ministro **SEPÚLVEDA PERTENCE** - Sr. Ministro, tenho dado testemunho público disso até - e muita vezes - em auditórios extremamente agressivos - de eminentes juristas brasileiros -, que continuam a usar a estatística de dez anos atrás sobre a insistência da União em teses vencidas.

O Sr. Ministro **MOREIRA ALVES** (Relator) - V. Exa., obviamente, há de convir que isso é convencional



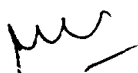
Se formos discutir dessa forma, chegaremos à conclusão de que isto aqui é uma discussão de opiniões. Vamos ficar discutindo simpatias ou idiossincrasias.

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO** - Sr. Ministro, a administração pública é a campeã dos recursos repetidos.

O Sr. Ministro **MOREIRA ALVES** (Relator) - Ninguém há de imaginar que, numa Suprema Corte, há satisfação em julgar noventa por cento de questões que tratam de bagatelas constitucionais, ficando as grandes questões do país sem serem julgadas porque não temos tempo para fazê-lo.

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO** - Sr. Ministro, temos a esperança de que a súmula vinculante e a arguição de relevância virão, e estaremos, então, daqui a pouco, colaborando, efetivamente, na construção do Direito brasileiro.

O Sr. Ministro **MOREIRA ALVES** (Relator) - Mas, Sr. Ministro, estou há mais de 12 anos com essa esperança. V. Exa. vai aposentar-se um pouco depois de mim e vai ver que essa esperança continuará frustrada...



O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO** - Há que ter esperança. Sr. Presidente, o piso e o teto estabelecidos no mesmo dispositivo legal, entre meio e cinco por cento, porá cobro a qualquer excesso que pudesse ser praticado no arbitramento dos honorários dos advogados neste tipo de ação.

Com essas breves considerações, com a vênia do Sr. Ministro-Relator, concedo a suspensão da expressão "...não podendo os honorários ultrapassar R\$ 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais)".

É como voto, Sr. Presidente.



* * * * *

05/09/2001

TRIBUNAL PLENO

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 2.332-2 DISTRITO
FEDERAL (MEDIDA LIMINAR)**

VOTO

(S/ § 1º DO ART. 27)



O SR. MINISTRO SYDNEY SANCHES - Sr. Presidente, suspendo, também, apenas a expressão: "...não podendo os honorários ultrapassar cento e cinquenta e um mil reais."

O percentual de meio a cinco por cento, sobre o valor da diferença, estimula o Poder Público a oferecer o valor real, ou próximo deste.

Ademais, o texto em questão manda, ainda, observar o § 4º do art. 20 do CPC, que remete às alíneas do § 3º do mesmo artigo:

"§ 3º.....
a) o grau de zelo profissional;
b) o lugar de prestação de serviço;
c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço."

Se forem observados os referidos percentuais mínimo (meio por cento) e máximo (cinco por cento) sobre o valor da diferença, resultante do valor oferecido pelo expropriante e o judicialmente fixado, e mais os critérios

ADI-2.332-2 DF (MEDIDA LIMINAR)

do § 3º do art. 20 do C.P.C., não vejo necessidade de imposição de outros limites.

Peço vênua, pois, ao Ministro-Relator, para acompanhar o Ministro Sepúlveda Pertence, no ponto.



05/09/2001

TRIBUNAL PLENO

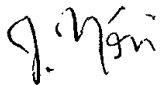
MED. CAUT. EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE nº 2.332-2 - DF

À REVISÃO DE APARTE DO SR. MINISTRO MOREIRA ALVES

(RELATOR).

V O T O

(S/ § 1º DO ART. 27)



O SENHOR MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA - Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, faço abstração do confronto estabelecido e dos parâmetros trazidos a exame. Penso que estamos diante de uma profissão, que é a do advogado, e não temos que confrontá-la com a do juiz. São duas profissões jurídicas distintas e a matéria tem de ser examinada de acordo com a natureza de cada uma delas. O juiz percebe vencimentos fixos que decorrem da lei.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Não foi isso que me referi. Não estamos fazendo confronto, até porque ninguém é obrigado a ser Ministro do Supremo Tribunal Federal. É só para dizer, como foi dito, que não era absolutamente ínfimo e humilhante.

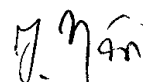
MED. CAUT. EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE nº 2.332-2 - DF

O SENHOR MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA - Sr. Ministro. Estou dizendo exatamente que são duas profissões jurídicas diferentes e o confronto pretendido não tem, a meu ver, relevância para o desate da questão. Estamos, aqui, examinando uma norma que concerne à fixação de honorários de advogado e, especificamente, em um tipo de processo, o expropriatório.

A Medida Provisória destaca, dentre os processos em que a Fazenda é parte, a desapropriação e estabelece que os honorários advocatícios, em processos de desapropriação, hão de ser fixados pelo juiz, tendo em conta o percentual entre meio e cinco por cento da diferença entre o que foi oferecido e fixado na sentença. Isso é uma norma de natureza processual que faz referência ao § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil.

Sabemos que há um número significativo de ações em que os juízes são exatamente sensíveis a essa realidade e estabelecem em um ou dois por cento o percentual para o cálculo de honorários, se o valor da diferença - entre o preço fixado na sentença e o oferecido pelo Poder Público - for muito grande e puder levar a honorários elevados.

Por isso, não vejo, em termos de exame cautelar da matéria, nenhuma dificuldade de natureza constitucional para a lei fixar os limites entre meio e cinco por cento, na espécie, embora o dispositivo se refira, apenas, a processo expropriatório.



MED. CAUT. EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE nº 2.332-2 - DF

No que concerne, porém, ao teto que se estipula para honorários advocatícios em processo desapropriatório, - diferentemente do que se dá com os demais processos, também peço vênha ao eminente Ministro-Relator para suspender a expressão: "...não podendo os honorários ultrapassar R\$151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais)". Se é certo que o valor_x do teto é, em si, significativo, pois ninguém há de entender que esse "valor é pequeno, o que não me parece possível, entretanto, é deixarmos de considerar que há determinados processos de expropriação, em que, mesmo estabelecendo o mínimo de meio por cento como percentual razoável, justo para honorários, o trabalho que esses processos podem dar, por vinte, vinte e cinco anos de tramitação, justifica que resulte montante superior ao **quantum** ora previsto como teto referente à remuneração do serviço profissional do advogado.

Tenho que não é possível estipular um teto, desde logo, para qualquer tipo de processo. Há processos, como a desapropriação do Galeão, referida anteriormente, que continuam até hoje, sem solução definitiva. *gma*

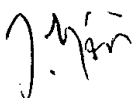
O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Há pequenos terrenos que até hoje estão lá. Não vão dar nem, talvez, quinze mil reais para o advogado. Com base nisso, aqui há o problema das grandes, porque, se fossem pequenas, isso também não deveria ser

MED. CAUT. EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE nº 2.332-2 - DF

estabelecido nem ali, mas deveria continuar aquelas de vinte ou de vinte e cinco por cento.

O SENHOR MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA - Sim. Mas isso vem exatamente ao encontro do que estou dizendo. O juiz vai fixar dentro desses limites e, se o processo for realmente importante, poderá mesmo à base de meio por cento, sobre essa diferença, ultrapassar R\$ 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais), tendo em conta o elevado preço final da desapropriação a ser pago ao expropriado. O que não acho possível é, desde logo, termos como razoável estipular, numa Medida Provisória, de uma maneira arbitrária, porque não há um parâmetro sequer para determinar esse quantum, ^{um} ~~como~~ teto definitivo de honorários a todos os processos de desapropriação que tramitam no País.

Peço vênica ao Sr. Ministro-Relator para deferir, em parte, a cautelar, quanto à cláusula final, "...não podendo os honorários ultrapassar R\$151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais)".



05/09/2001

TRIBUNAL PLENO

MED. CAUT. EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.332-2 DISTRITO FEDERAL

À REVISÃO DE APARTE DO SR. MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR).

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.332

(MEDIDA LIMINAR)

VOTO

(S/ § 1º do ARTIGO 27)

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) -

Acompanho o ministro Ilmar Galvão, porque medida provisória não é meio hábil para se dispor, e o é de forma precária e efêmera, sobre tema processual. Aqui, o dispositivo, estritamente processual, acaba por alterar o sistema em vigor desde 1973, o de fixação dos honorários advocatícios a partir do Código de Processo Civil.

Não fora isso, também acompanharia Sua Excelência, suspendendo a eficácia do preceito na totalidade, porque não há justificativa plausível, a menos que presuma desvio de conduta por parte de magistrado, em relação apenas a essas demandas; cogita-se, à margem do que previsto no § 4º do artigo 20, da fixação de percentuais dos honorários advocatícios de forma equitativa, pelo



magistrado. A única remissão contemplada nesse parágrafo diz respeito ao anterior, revelando que o magistrado, ao fixar os honorários advocatícios, deve levar em conta "o grau de zelo do profissional; o local da prestação do serviço; a natureza e a importância da causa; o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço".

Essa fixação equitativa não tem de observar as balizas do § 3º do artigo 20, ou seja, não precisa ficar, no mínimo, em dez ou, no máximo, vinte por cento sobre o valor da condenação. O magistrado tem liberdade de fixar, sem apego maior a essas percentagens.

Segue-se a problemática alusiva à limitação - ainda que presentes esses percentuais, de meio a cinco por cento -, a fixação de um limite para os honorários.

O que sustenta a condenação nas despesas processuais é justamente a impossibilidade de alguém, compelido a ir a juízo defender direito próprio, caso vencedor, vir a sofrer uma diminuição patrimonial. Receio que, aqui, ao fixar-se o limite, isso possa ocorrer em detrimento da indenização justa e prévia definida na Carta da República.

Diante de uma desapropriação de envergadura maior, não se contentará o grande profissional da advocacia - o profissional responsável - com a limitação dos honorários e haverá de contratar



com o próprio cliente. Este tirará a complementação dos honorários da indenização justa prevista na Carta.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Esse é um argumento especioso, mas, a meu ver, não é verdadeiro. É raro que, com a fixação de meio, um ou dois por cento, os honorários advocatícios cheguem a R\$ 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais).

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Já disse, neste Plenário, não ser dado a estatísticas, a cálculos.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - A grande maioria das desapropriações é feita, conforme sabemos, por preços baixos.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Aí não haveria motivo para disciplinar-se a matéria mediante medida provisória, a exigir-se urgência e relevância.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES (RELATOR) - Há mais: quando estão em causa grandes valores, não há advogado algum que não convencie com as partes altos honorários. Nenhum deles diz que pode vir a vencer, e, por isso, abaixa os honorários, diminuindo, assim, o prejuízo do desapropriado.

Por isso, acompanho o Ministro Ilmar Galvão.



Supremo Tribunal Federal

05/09/2001

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 2.332-2 DISTRITO FEDERAL**RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES**

REQUERENTE: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

ADVOGADO: REGINALDO OSCAR DE CASTRO

REQUERIDO: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

V O T O

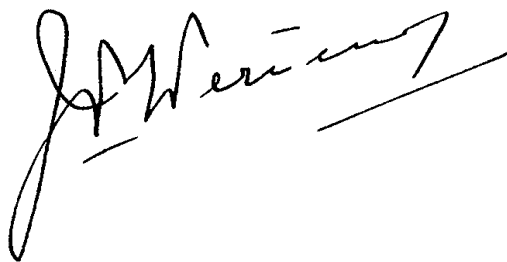
(MEDIDA LIMINAR)

EXPLICAÇÃO

(S/ § 1º DO ART. 27)

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Sr. Presidente, na ADIn 2.251 sustentei, longamente, o que me pareceu a inadmissibilidade de medida provisória em matéria processual; e isso me levaria a acompanhar o voto do Ministro Ilmar Galvão. Mas, como então fiquei estrondosamente vencido, não quis, em medida liminar, reagitar o problema. Fica esta explicação. Preferi examinar o argumento substancial, a meu ver relevante, à base do conhecimento do domínio normativo real que a norma visou a alterar, além da medida do razoável.

CR/



PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA**

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 2.332-2 - medida liminar

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES


REQTE. : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

ADV. : REGINALDO OSCAR DE CASTRO

REQDO. : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decisão : Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado a pedido do Dr. Gilmar Ferreira Mendes, Advogado-Geral da União, que pretende sustentar oralmente na próxima semana. Ausentes, justificadamente, neste julgamento, os Senhores Ministros Néri da Silveira, Celso de Mello e Ellen Gracie. Plenário, 22.8.2001.

Decisão : O Tribunal, por maioria de votos, deferiu a medida liminar para suspender, no artigo 15-A do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, introduzido pelo artigo 1º da Medida Provisória nº 2.027-43, de 27 de setembro de 2000, e suas sucessivas reedições, a eficácia da expressão "de até seis por cento ao ano", vencidos, em parte, os Senhores Ministros Moreira Alves (Relator), Ellen Gracie, Nelson Jobim e Celso de Mello, no que votaram suspendendo somente a eficácia do vocábulo "até". O Tribunal, por maioria de votos, concedeu a liminar para dar, ao final do *caput* do artigo 15-A, interpretação conforme à Carta da República, de que a base de cálculo dos juros compensatórios será a diferença eventualmente apurada entre 80% do preço ofertado em juízo e o valor do bem fixado na sentença, vencidos os Senhores Ministros Ilmar Galvão e o Presidente, no que suspendiam a eficácia do preceito. O Tribunal, por maioria de votos, deferiu a medida liminar para suspender a eficácia dos §§ 1º e 2º do artigo 15-A, vencidos os Senhores Ministros Ilmar Galvão e o Presidente, que a indeferiam. O Tribunal, por unanimidade de votos, indeferiu a suspensão cautelar de eficácia do § 3º do artigo 15-A. O Tribunal, por maioria de votos, vencidos, em parte, os Senhores Ministros Ilmar Galvão e Sepúlveda Pertence, deferiu a liminar para suspender a eficácia do § 4º do artigo 15-A. O Tribunal, por maioria de votos, deferiu, em parte, a medida liminar para suspender, no § 1º do artigo 27, a eficácia da expressão "não podendo os honorários ultrapassar R\$ 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais)", vencidos, em parte, os Senhores Ministros Relator e Ellen Gracie, no que indeferiam a liminar, e, também parcialmente, os Senhores Ministros Ilmar Galvão e o Presidente, no que deferiam a suspensão total do dispositivo.



Não participaram da votação dos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do artigo 15-A, e do § 1º do artigo 27, os Senhores Ministros Nelson Jobim e Maurício Corrêa, em virtude da necessidade de se ausentarem, justificadamente. Falou pelo requerido o Dr. Gilmar Ferreira Mendes, Advogado-Geral da União. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Marco Aurélio. Plenário, 05.9.2001.

Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Presentes à sessão os Senhores Ministros Moreira Alves, Néri da Silveira, Sydney Sanches, Sepúlveda Pertence, Celso de Mello, Carlos Velloso, Ilmar Galvão, Maurício Corrêa, Nelson Jobim e Ellen Gracie.

Vice-Procurador-Geral da República, Dr. Haroldo Ferraz da Nóbrega.

Gilmar Ferreira Mendes
Luiz Tomimatsu
-p/ Coordenador